

Abril de 2007

60

BIODIVERSIDADE

SUSTENTO E CULTURAS



O novo monopólio mundial da terra
Milho transgênico "legalizado" no México
A importância da Acción Ecológica no Equador
Primeiro triunfo do Mutirão na Colômbia

Número 60, abril de 2009

Biodiversidade, sustento e culturas é uma publicação trimestral de informação e debate sobre a diversidade biológica e cultural para o sustento das comunidades e culturas locais. O uso e a conservação da biodiversidade, o impacto das novas biotecnologias, patentes e políticas públicas são parte de nossa cobertura. Inclui experiências e propostas na América Latina e busca ser um vínculo entre aqueles que trabalham pela gestão popular da biodiversidade, a diversidade cultural e o autogoverno, especialmente as comunidades locais: mulheres e homens indígenas e afro-americanos, camponeses, pescadores e pequenos produtores.

Organizações coeditoras

Acción Ecológica
notransgenicos@accionecologica.org
Acción por la Biodiversidad
agenciabiodla@gmail.com
Campaña de la Semilla
de la Vía Campesina – Anamuri
internacional@anamuri.cl
Centro Ecológico
revbiodiversidade@centroecologico.org.br
GRAIN
carlos@grain.org
Grupo ETC
veronica@etcgroup.org
Grupo Semillas
semillas@semillas.org.co
Red de Coordinación en Biodiversidad
rcbcostarica@gmail.com
REDES-AT Uruguay
biodiv@redes.org.uy

Comitê Editorial

Carlos Vicente, Argentina
Ma. Eugenia Jeria, Argentina
Ciro Correa, Brasil
Maria José Guazzelli, Brasil
Germán Vélez, Colômbia
Alejandra Porras (Coeco-AT), Costa Rica
Silvia Rodríguez Cervantes, Costa Rica
Camila Montecinos, Chile
Francisca Rodríguez, Chile
Elizabeth Bravo, Equador
Ma. Fernanda Vallejo, Equador
Silvia Ribeiro, México
Magda Lanuza, Nicarágua
Martin Drago, Uruguai
Carlos Santos, Uruguai

Administração

Ingrid Kossmann
ingridbiodiversidad@gmail.com

Edição

Ramón Vera Herrera
constelacion@laneta.apc.org

Design e diagramação

Daniel Passarge, Claudio Araujo
danielpassarge@gmail.com
Amanda Borghetti (Brasil)
amanda.borghetti@yahoo.com.br

Impressão

CV Artes Gráficas LTDA.
paulo@cvartes.com.br

EDITORIAL

1

Estão se adonando da terra!: O novo monopólio agrário

3

México

A contaminação legal do milho

11

Por decreto transgênico

11

Milho transgênico, funcionários delinquentes

12

Mensagens cruzadas, práticas obscuras

13

Equador

Tornar ilegal a crítica que as ongs fazem?

17

Colômbia

Primeiro triunfo do Mutirão da Resistência Social e Comunitária

Asas à esperança

20

ATAQUES, POLÍTICAS, RESISTÊNCIA, RELATOS

23

declaração de Heredia: clima, florestas e plantações de árvores | Costa Rica: o duplo discurso do carbono neutro | liberação de arroz transgênico é rechaçada no Brasil | a nova lei norte-americana HR 875 é perigosa? | o mito das terras marginais | dados sobre o desaparecimento das línguas | não ao milho transgênico!: rede em defesa do milho no México | rechaço ao tratado de livre comércio com a União Européia | Equador: o mal-estar em decorrência da mineração | Argentina: febre de mineração em território mapuche | Paraguai: efeitos da concentração da produção de sementes

UMA PANORÂMICA E MUITAS VISTAS

33

A água aprisionada: a resistência contra as represas

As fotografias deste número foram tiradas no Brasil e no Equador. As fotos do Equador, incluída a da capa, foram tiradas em 2008 por Carlos Vicente na comunidade de Achullay San Agustín, cantão de Guamote, Chimborazo. A foto da capa é da chácara de Bernardo Guñay e Rosario Cutuguan. As fotografias do Brasil são de Leonardo Melgarejo, fotógrafo do *Jornal Brasil de Fato*. Todos os desenhos que acompanham o número, exceto onde esteja indicado, são de Rini Templeton [Lucille Corinne Templeton] (1935-1986), uma artista e lutadora social norte-americana que viveu e trabalhou no México, na América Central e no Caribe, presenciou a resistência no México e na Guatemala, e a experiência das revoluções cubana, nicaraguense e salvadorenha. Com seu trabalho, deu sentido a muitas lutas por justiça, mas, além disso, sempre insistiu que sua obra pertencia a todas as pessoas e coletivos que lutavam. Uma amostra contundente dessa atitude pode ser vista na página www.riniart.org, onde aqueles que têm mantido o legado de Rini permitem baixar os desenhos da artista sem qualquer encargo, se o uso que se der a eles não tiver objetivo de lucro ou for para apoiar lutas de resistência em folhetos, panfletos, bandeirolas, faixas e cartazes. Àqueles que desejarem utilizar sua obra para algum fim que implique dinheiro, pede-se uma colaboração para manter o site.

Em *Biodiversidade, sustento e culturas*, iniciamos uma recuperação de sua obra e continuaremos publicando seus desenhos. Neste número, trazemos apenas uma pequeníssima amostra de toda a sua trajetória, tirada do livro de John Nicols, et al, *El Arte de/The Art of Rini Templeton*. México, DF: Centro de Documentacion Rini Templeton y Seattle: The Real Comet Press, 1988.

Os outros desenhos são parte da obra gráfica do artista mexicano Diego Rivera e estão indicados nos locais onde aparecem.

As organizações populares e as ONGS da América Latina podem receber gratuitamente a revista. Contatar REDES-AT: biodiv@redes.org.uy / <http://www.grain.org/suscribe>

Convidamos a que se comuniquem conosco e nos enviem suas experiências, sugestões e comentários. Dirigir-se a Ingrid Kossman ingridbiodiversidadla@gmail.com Os artigos assinados são de responsabilidade de seus autores. O material aqui coletado pode ser divulgado livremente, mas agradecemos que citem a fonte. Por favor, enviem-nos uma cópia para nosso conhecimento.

Agradecemos a colaboração da Cooperação ao desenvolvimento do Conselho da Moradia e Assuntos Sociais do Governo basco.

A fotografia mostra Rosario Cutuguan, que, com autêntica honra, do Equador nos brinda os frutos surgidos de sua terra. Nesta mesma fotografia se vislumbra a dignidade de sua família e de sua comunidade, e se entende que a resistência é algo baseado em sua história, sua experiência e sua decisão.

Para aqueles que elaboramos *Biodiversidade, sustento e culturas*, a imagem nos recorda também que, no Equador, agora, como em toda a América Latina, trava-se dia a dia a batalha da legitimidade. E, nessa batalha, a sociedade civil equatoriana insistiu sempre que a legitimidade vem da transparência, do trabalho cotidiano respeitoso mas crítico (que não foge do debate e dá peso à palavra), mas que nem por isso recua em seu afã de uma justiça verdadeira. Por isso, com estas páginas respaldamos o trabalho contínuo da Acción Ecológica, sua reflexão e pensamento compartilhado, seu olhar crítico e seu trabalho de acompanhamento dos movimentos sociais do Equador e da América Latina. E nesta época faz muita falta a justiça.

A época é esta, a da nova Grande Crise.

Na realidade, uma época onde se acumulam uma crise energética, uma crise alimentar, uma crise financeira, uma crise econômica geral. Também estão em crise os sistemas políticos. E não são raros os confrontos. O mundo se aquece em muitos sentidos. Motins por comida, demissões em massa, milhares de desalojados de suas casas pelas dívidas imobiliárias, acampamentos de desabrigados por toda parte nos Estados Unidos.

A crise fez crise, ou, para dizer de outra forma, o modelo geral do capitalismo atual – com todos os seus instrumentos de controle e regulação – fez crise. Está em crise. O capitalismo se reorganiza com as crises e estas lhe dão oportunidade de fazer mais negócios, de voltar a ter ganhos, de idealizar novos remendos tecnológicos para reativar seus conceitos e seus laboratórios, produzindo assim novos processos industriais. Em paralelo, condições como as atuais propiciam legislações favoráveis aos interesses das empresas mais bem colocadas e asseguram seu controle sobre mais segmentos dos processos chave, sobretudo a cadeia alimentícia. Essas empresas buscam também uma nova garantia da terra, das sementes, das fontes energéticas, das matérias-primas, da água.

Por efeito de seus aparatos financeiros que lutam todos contra todos, os países desenvolvidos já sentiram os primeiros golpes do monstro, e talvez sua crise pareça amainar no decorrer do ano, mas os países em desenvolvimento vão começar a sentir mais os embates na medida em que as nações mais ricas deixem de investir no mundo em desenvolvimento ou deixem de adquirir suas exportações.



As mudanças climáticas começam a ser demasiado reais, e muitos países que são chave na produção de grandes quantidades de alimentos já se sentem assolados por secas severas. Talvez os que mais se ressintam sejam os pobres das cidades ou as populações rurais atreladas aos circuitos da agricultura comercial, por pouco que seja. A China, a Índia, mas também a Argentina e o Brasil, estão sofrendo os efeitos de tais secas: quedas espetaculares nos rendimentos, enorme redução dos estoques e uma dramática alta nos preços. Os grandes afetados são o trigo (alimento básico de muitos povos), mas também o milho onde é plantado comercialmente.

De acordo com um informe da FAO, “precipitações escassas e irregulares, altas temperaturas e preços relativamente altos nos insumos [muitos derivados de petroquímicos] atrasaram as operações de plantio e, em alguns casos, impediram o próprio plantio”, com o que, as perdas pela seca estão em uma faixa de 40 a 60%.

Por isso mesmo, como ilustra o informe do GRAIN que abre este número (ver página 3), os governos e as empresas estão soltos comprando e arrendando terras no estrangeiro para cultivar nelas alimentos que irão tirar dos países “hospedeiros” para levá-los a suas próprias populações. Iniciam com isso uma tendência de desnacionalização das terras próprias de cada país, sejam privadas, sociais ou governamentais, e inauguram o deslocamento das produções de inumeráveis cultivos, com efeitos pouco entendíveis até o momento. Nessa privatização vinda do estrangeiro, os governos podem presumir que seu interesse é a segurança alimentar de suas próprias populações, mas os grupos financeiros vão puramente pelo negócio.

Outra das arestas em todo esse enredo climático, energético, tecnológico, financeiro, imobiliário, alimentar, é o grande controle que as companhias de sementes e agroquímicos continuam desenvolvendo sobre os cultivos comerciais através de suas variedades de desenho e laboratório patenteadas. Um controle obtido com base em seus contatos chave nos sistemas políticos nacionais, nas legislações que por todo o mundo são aprovadas, de país em país, com o mesmo padrão e as mesmas previsões. O caso do milho transgênico e sua implantação à força no México é uma história de corrupção (ver página 11), mas também uma história de resistência que vale a pena ser contada pela lucidez com que a enfrentam as comunidades indígenas e camponesas – que desde sempre têm valorizado suas próprias visões, seus próprios meios, suas próprias experiências, com perspectiva de longa duração e variadas estratégias cotidianas. São comunidades indígenas tão lúcidas e antigas como as que percorreram a Colômbia em 2008 para reivindicar sua história, sua identidade e sua existência digna no mundo através do Mutirão da Resistência Social e Comunitária, e que conseguiram derrubar um estatuto rural que colocava em perigo sua ancestral posse comunitária da terra, e fragilizava seu trabalho em busca de um merecido autogoverno (ver página 20).

Para entender e compartilhar tudo isso é que existe *Biodiversidade, sustento e culturas*. E para que, apesar das crises desenfreadas, tenhamos que pensar e sentir e contar e refletir e discutir em nossos círculos de confiança e carinho – que são, desde sempre, vacinas conhecidas contra o desespero e a barbárie.

Na quarta-feira, 8 de abril, morreu nossa amiga e companheira María Eugenia Jaque. María trabalhou muitos anos na Fundação Heinrich Böll, apoiando várias das organizações que fazemos parte de *Biodiversidade*, bem como a própria revista. Caracterizou-se por construir pontes entre organizações e por estabelecer relações respeitadas, solidárias e de muito compromisso. Vamos recordá-la com carinho e trabalharemos para que suas sementes sigam dando frutos. 🌱

Estão se adonando da terra!

O novo monopólio agrário

GRAIN

outubro de 2008

Juntas, as atuais crises alimentar e financeira dispararam um novo ciclo mundial de apropriação de terras. Os governos com “insegurança alimentar”, que dependem de importações para alimentar sua população, estão arrebatando terras agrícolas fora de seu país, nas quais pretendem produzir alimentos próprios. As corporações de alimentos e os investidores privados, ávidos por lucros em meio à crise financeira, veem o investimento em terras agrícolas estrangeiras como uma importante nova fonte de ganhos. As terras agrícolas férteis são cada vez mais privatizadas e concentradas. Se não for posto um limite a esse processo, o monopólio mundial de terras pode significar, em muitos lugares, o fim da agricultura em pequena escala como meio de vida e de sustento.

3

Novo monopólio. O “descobrimento” da América desencadeou uma brutal expansão de comunidades indígenas. Os colonialistas brancos se adonaram dos territórios ocupados pelos maoris na Nova Zelândia e pelos zulus na África do Sul. É um processo violento muito vivo hoje em dia, da China ao Peru. A imprensa informa diariamente de lutas pela terra – mineradoras como a Barrick Gold invadem as montanhas da América do Sul, ou corporações de alimentos como a Dole ou a San Miguel dão golpe nos camponeses filipinos e ficam com seus direitos agrários. Em numerosos países investidores privados compram grandes extensões para dispor delas como parques naturais ou áreas de conservação. Crescem os casos em que a nova indústria dos agrocombustíveis, promovida como resposta às mudanças climáticas, expulsa populações de suas terras.

Mas agora cresce uma nova e preocupante tendência de comprar e monopolizar terras para deslocar sua produção de alimentos para outros países, do mesmo modo que muitas empresas deslocam para outros países diversos processos industriais, produtivos ou inclusive financeiros, algo que hoje se conhece como “deslocação”: que um processo (neste caso o cultivo de alimentos) seja tirado fora do “contexto social, econômico e político-jurídico original” (o país que busca comprar terras), “visando a extrair vantagens das condições econômicas, sociais e político-jurídicas dos países para onde se leva a produção”. Isso foi gerado pela crise alimentar mundial (e a crise financeira mais ampla da qual é parte) – ao estourarem quase juntas nos últimos 15 meses.



As fotos desta seção são do Brasil, de Leonardo Meigarejo

A segurança alimentar é uma razão de peso. Depender da importação de alimentos faz com que muitos países prefiram *deslocar* sua produção de alimentos a competir duramente nos mercados. Esta é uma inovadora estratégia de longo prazo para alimentar seus povos com preço baixo e uma segurança muito maior. Significa comprar, arrendar ou apoderar-se de terras agrícolas em outros países, mediante acordos desiguais, e cultivar nelas os alimentos que necessitam. A Arábia Saudita, o Japão, a China, a Índia, a Coreia, a Líbia e o Egito vão nesse caminho. Desde março de 2008, funcionários de altos escalões de muitos desses países movem ativamente seus laços diplomáticos na busca de terras férteis em Uganda, no Brasil, no Camboja, no Sudão e no Paquistão. Os governos “cortejados” geralmente recebem bem as ofertas estrangeiras de investimento.

Outros vão pelos lucros. Diante do abalo financeiro, os especuladores financeiros e a indústria de alimentos – os fundos de investimento que administram as pensões dos trabalhadores, os fundos de capitais privados que buscam ganhos rápidos, os fundos de cobertura que fogem do desabamento do mercado dos instrumentos derivados, os comerciantes de grãos com novas estratégias de crescimento – veem novas fontes de lucro no controle de terras para produzir alimentos e combustíveis.

Pode soar estranho que governos estrangeiros estejam comprando terras no Sudão para produzir e exportar alimentos para seus próprios cidadãos, quando a crise em Darfur (no oeste do Sudão) faz com que o Programa Mundial de Alimentos tente alimentar 5,6 milhões de refugiados. O mesmo ocorre no Camboja, onde 100 mil famílias (meio milhão de pessoas) carecem de alimentos. Mas está acontecendo.

A terra não tem sido um investimento típico para muitas empresas transnacionais. É tão fácil que a terra esteja envolta em conflitos políticos que muitos países nem sequer permitem que seja propriedade de estrangeiros. E a terra não se valoriza da noite para o dia, como os porcos engordados ou o ouro. Para conseguir rentabilidade, os investidores precisam aumentar suas capacidades produtivas – e às vezes sujar suas mãos operando seus estabelecimentos agropecuários. Mas, com as crises alimentar e financeira, juntas, em muitos países os preços dos alimentos dispararam e os preços da terra são baixos. Agora é negócio controlar o quanto antes as melhores terras: aquelas próximas às fontes disponíveis de água.

Os governos podem promover “segurança alimentar” com sua agenda de políticas públicas, mas são os investidores os que fazem o negócio e ganham. Não nos enganemos. Ainda que sejam os funcionários públicos que negociam os contratos de apropriação de terras destinadas a cumprir com uma “segurança alimentar”, explicitamente se espera que o setor privado se adone da terra e entregue produtos. Ao final das contas, nesses novos monopólios, as empresas privadas estrangeiras terminam controlando as terras agrícolas que produzem alimentos para outros, não para as comunidades locais. Alguém disse que o colonialismo era coisa do passado?

Segurança Alimentar. A Arábia Saudita e a China compram terras por todo o mundo, desde a Somália ao Casaquistão. Também o fazem a Índia, o Japão, a Malásia e a Coreia do Sul, na Ásia; o Egito e a Líbia, na África; e o Bahréin, a Jordânia, o Kuwait, o Qatar e os Emirados Árabes Unidos, no Oriente Médio.

A China é claramente autossuficiente em alimen-

tos. Mas tem uma população gigantesca, suas terras agrícolas desaparecem diante do avanço industrial, suas fontes de água estão submetidas a graves pressões. Não é surpresa que a segurança alimentar seja um dos pontos principais da agenda de seu governo: tem 40% dos agricultores do mundo, mas somente 9% das terras agrícolas mundiais. Mas, tendo mais de 1,8 trilhões de dólares de reservas em divisas, a China dispõe de bastante dinheiro para investir em sua própria segurança alimentar “deslocada”.

Desde muito antes do estouro da crise alimentar mundial em 2007, Pequim começou a ter parte de sua produção de alimentos no exterior. Em anos recentes, funcionários governamentais concretizaram uns 30 tratados de cooperação agrícola que dão a empresas chinesas acesso a terras agrícolas de “países amigos” em troca de tecnologia, capacitação e recursos para infraestrutura. Isso ocorre na Ásia e em toda a África. É uma série de projetos muito diversificados e complexos. Do Casaquistão a Queensland, e de Moçambique às Filipinas, há um processo sistemático: as companhias chinesas arrendam ou compram terras, montam grandes estabelecimentos agrícolas aos quais enviam seus agricultores, cientistas e extensionistas para fazê-las produzir. A maior parte da agricultura chinesa no estrangeiro dedica-se a produzir arroz, soja e milho, junto com cultivos para agrocombustíveis: cana-de-açúcar, mandioca ou sorgo.

O arroz produzido fora é invariavelmente híbrido e procede de sementes levadas da China. Os agricultores e cientistas chineses ensinam os trabalhadores rurais locais a cultivar arroz “à maneira chinesa”. Frequentemente, tais trabalhadores diaristas, contratados para trabalhar nos estabelecimentos agrícolas chineses, por exemplo, na África, não sabem se o arroz é para alimentar seu povo ou os chineses, mas a natureza furtiva de vários negócios relacionados com a terra os faz entender o destino das colheitas, e cresce o ressentimento.

De fato, a enorme perda de terras agrícolas e fontes de água na China é tão grande que “a China não tem outra opção” a não ser produzir no exterior, disse um especialista da Academia Chinesa de Ciências Agrícolas. No início de 2008, o Ministro de Agricultura traçou uma política governamental central para deslocar sua produção de alimentos. Há indícios de que o setor privado pode desempenhar um papel cada vez maior.

Por serem nações do deserto, os estados do Golfo Pérsico – Bahréin, Kuwait, Omán, Qatar, Arábia Saudita e os Emirados Árabes Unidos – têm escassez de solo e de água para cultivar alimentos ou criar gado. Mas possuem enormes quantidades de petró-

leo e dinheiro, o que lhes permite produzir seus alimentos em outros países.

A crise alimentar atual afetou-os muito fortemente. Já que só lhes resta importar alimentos (sobretudo da Europa) e como suas divisas têm paridade com o dólar norte-americano (exceto o Kuwait), o aumento simultâneo dos preços dos alimentos no mercado mundial e a queda do dólar implicaram que seus gastos em importação de alimentos se inflassem nos últimos cinco anos de 8 bilhões de dólares para 20 bilhões.

Além disso, são enormes as populações de trabalhadores imigrantes com baixa remuneração (são quem constrói as cidades e atende nos hospitais), tornando imprescindível que as dinastias políticas do Golfo proporcionem alimentos a preços razoáveis se pretendem desativar levantes sociais.

Quando se desencadeou a crise alimentar e se cortou o abastecimento de arroz proveniente da Ásia, os Emirados Árabes Unidos entraram em pânico – 80% de sua população são trabalhadores imigrantes, quase todos consumidores de arroz. Frente à iminente escassez de água, os sauditas tiveram que reconhecer que teriam que deixar de produzir inclusive trigo (seu principal alimento) até o ano de 2016. Tudo isso fez com que, sob a égide do Conselho de Cooperação do Golfo (CCG), se unissem com Bahrein e os outros países do Golfo para formular uma estratégia coletiva de produção de alimentos no exterior. Agora buscam acordos comerciais, sobretudo com os países islâmicos: comprometem-se a proporcionar capital e contratos petrolíferos, desde que se garanta que suas corporações tenham acesso a terras agrícolas e que remetam o produto de volta a seu país. Os Estados preferidos são o Sudão e o Paquistão, seguidos da Birmânia, Camboja, Indonésia, Laos, Filipinas, Tailândia, Vietnã, Turquia, Casaquistão, Uganda, Ucrânia, Geórgia e Brasil.

O Japão e a Coreia do Sul também se empenham em buscar terras agrícolas no estrangeiro. Ambos recebem cerca de 60% de seus alimentos de fora (na Coreia, são mais de 90% excluindo-se o arroz). No início de 2008, o governo coreano formulou um plano nacional de aquisição de terras estrangeiras, designando o setor privado como ator principal. As empresas coreanas de alimentos já compram terras na Mongólia e Rússia Oriental para produzir alimentos que serão exportados a seu país. O governo explora várias opções no Sudão, Argen-

tina e no Sudeste da Ásia.

O Japão parece basear-se inteiramente no setor privado para organizar importações de alimentos, enquanto o governo faz malabarismos no âmbito político, mediante acordos de livre comércio, tratados bilaterais de investimento e pactos de cooperação para o desenvolvimento. Os sucessivos governos japoneses têm resistido a todo tipo de pressões que os levem a reestruturar a agricultura japonesa: aí reinam as propriedades agrícolas familiares e as corporações não têm autorização para serem donas da terra. Essa pressão pode crescer agora que as empresas japonesas compram terras em lugares como China e Brasil.

A agricultura industrial da Índia está com sérios problemas: por um lado os custos de produção, por outro, a minguada fertilidade do solo. É duvidosa a disponibilidade de água em longo prazo. As lutas pelo acesso à terra têm-se complicado: há uma resistência social generalizada às chamadas Zonas Econômicas Especiais. Estimulados pela crise alimentar mundial e provavelmente porque não querem ficar à margem, vários executivos de agroempresas, e a Corporação Estatal de Comércio, propriedade do governo da Índia, veem como necessário produzir



fora parte dos alimentos do país. Os cultivos de oleaginosas, de grãos leguminosos e de algodão vão ser produzidos no exterior, enquanto continuarão com a produção nacional de trigo e arroz, pois calculam que isso é mais barato.

A Birmânia abastece 1 milhão dos 4 milhões de toneladas de lentilhas que a Índia importa a cada ano para complementar sua produção interna de 15 milhões de toneladas. Agora, ao invés de comprar da Birmânia, os comerciantes e fabricantes indianos

Compras de terra na América Latina

6

Os monopolistas	Quem	Países escolhidos	Cultivos	Detalhes
A SEGURANÇA ALIMENTAR				
China	governo e setor privado	América do Sul	Soja	Uma medida oficial do Ministério de Agricultura da China incentiva empresas nacionais a arrendar ou comprar terra no estrangeiro com fins agrícolas, e abastecer a China de soja em longo prazo. A medida está suspensa.
	Suntime	Cuba, México, América do Sul		Suntime International Techno-Economic Cooperation criou empresas conjuntas para produzir arroz em Cuba (5 mil hectares) e no México (1 050 hectares).
	governo-governo	Brasil	soja	De acordo com o Financial Times, o ministro de agricultura chinês mantém conversações com o Brasil para adquirir terras e produzir soja.
Países do golfo	governo-governo	Brasil	produtos alimentícios básicos	Os ministérios de comércio, economia e finanças do Conselho de Cooperação do Golfo recomendaram estabelecer uma empresa ou fundo comum e produzir alimentos fora, no Brasil entre outros países.
Índia	setor privado	Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai	grãos oleaginosos, grãos leguminosos, talvez cereais e etanol	14 companhias indianas de óleo vegetal, incluídas a Ruchi Soya e a Ks Oils, formaram um consórcio para comprar ou arrendar grandes extensões de terra na Birmânia, Paraguai e Uruguai para produzir soja, girassol e grãos leguminosos. 10 mil hectares no Paraguai poderiam ser utilizados no cultivo de soja. Há ofertas no Brasil e na Argentina. Seu capital inicial é de 45 milhões de dólares para autofinanciar 25% das operações e conseguir empréstimos para o restante.
Japão	Mitsui	Brasil	soja, milho	A Mitsui comprou 100 mil hectares agrícolas no Brasil – uns 2% da superfície cultivada do Japão – para produzir soja. As terras estão na Bahia, Minas Gerais e Maranhão. A Mitsui comprou a terra através de 25% de sua participação na Multigrain SA, a empresa brasileira de comercialização de grãos que firmou os contratos. O investimento total da Mitsui na Multigrain chega a 95 milhões de dólares.
	setor privado	China, América do Sul, sudeste da Ásia		De acordo com várias fontes, algumas empresas japonesas possuem uns 12 milhões de hectares de terra agrícola na China, no sudeste asiático e na América do Sul.
Arábia Saudita	governo e setor privado	Brasil		Em 2008, o embaixador saudita no Brasil acertou o setor agroindustrial brasileiro com investimentos sauditas. A idéia é uma empresa conjunta, produzir alimentos e abastecer o mercado saudita. O Brasil entraria com terra e conhecimento, a Arábia Saudita com capital e Singapura com logística.
Coréia do Sul	governo	Argentina	arroz, outros cereais, forragem, gado	O governo coreano é dono de quase 21 mil hectares de pastagens na Argentina, para criação de gado.
Emirados Árabes Unidos	de governo a governo	América do Sul		Os Emirados Árabes Unidos (EAU) buscam comprar terras na América do Sul para seu abastecimento de alimentos.
O PURO NEGÓCIO				
	Dexion Capital (Reino Unido)	América Latina		O fundo britânico Dexion Capital Global Farming busca conseguir 280 milhões de dólares e comprar mais de 1,2 milhões de hectares na Rússia, Casaquistão, Ucrânia, Austrália e América Latina, e quintuplicar sua produção em dez anos.
	Corporação Financeira Internacional, CFI (Banco Mundial)	Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai		A CFI, do Banco Mundial, anunciou que aumentará seu investimento em agroindústrias. Busca fazer terras "subutilizadas" produzirem. O Banco Mundial tenta fazer com que terras agrícolas de países como a Ucrânia possam ser vendidas a investidores estrangeiros mediante reformas do mercado. Em 2008, a CFI gastou 1,4 bilhões de dólares na cadeia de suprimentos da agroindústria.
	Louis Dreyfus (Holanda)	Argentina, Brasil, Cone Sul	soja, milho, algodão, talvez gado	Através da Calyx Agro, seu fundo de capitais privados para adquirir terras agrícolas na América do Sul, a Louis Dreyfus Commodities possui 60 mil hectares no Brasil, e já destinou 120 milhões de dólares. Espera obter benefícios na revenda, com o aumento da produtividade das terras.

querem entrar lá e cultivar eles mesmos as lentilhas. É mais barato, e têm mais controle sobre o processo.

Com o apoio de seu governo, as empresas indianas arrendam terras agrícolas birmanesas para produzir cultivos destinados à Índia. O governo indiano proporciona à junta militar birmanesa novos fundos especiais para melhorar sua infraestrutura portuária e impulsiona um acordo bilateral de livre comércio e investimento, adaptado para aplinar as diferenças nas políticas dos dois Estados. Agora, os gerentes das corporações da Índia também estão comprando plantações indonésias de dendê e procuram, no Uruguai, no Paraguai e no Brasil, terras para cultivar lentilhas e soja.

Contradições. “Investir em agricultura” converteu-se em um chamado para que praticamente todas as autoridades e especialistas encarregados de resolver a crise alimentar mundial cerrem fileiras. E os diplomatas e investidores pulam de país em país buscando terras e fazendo propostas. Mas os governos cortejados aceitam rapidamente: são novos ingressos de capital estrangeiro para construir infraestrutura rural, melhorar instalações de armazenamento e embarque, consolidar estabelecimentos agropecuá-

ao Kuwait, para que esses produzam seu próprio arroz. Ainda que não tenha ficado especificada a região, deve ser bastante grande, pois o governo obteve em troca quase 600 milhões de dólares em empréstimos. Ao mesmo tempo, o Programa Mundial de Alimentos teve que começar a enviar ajuda alimentar no valor de 35 milhões de dólares para mitigar a fome que assola o meio rural no Camboja.

Nas Filipinas, onde muita gente teve que reduzir sua ingestão de comida, desde março de 2008 a Arábia Saudita, os Emirados Árabes Unidos e o Bahreïn vão seguidamente ao país para assegurar terras para seu próprio abastecimento de alimentos. Para afastar de vez qualquer controvérsia, a presidente Gloria Macapagal Arroyo conseguiu introduzir ilegalmente o acordo de apropriação de terras firmado com os Emirados Árabes Unidos (onde muitos filipinos trabalham para manter em marcha a economia filipina) segundo a nova política industrial *halal* (conjunto de práticas permitidas pela religião muçulmana) de seu governo. Desse modo, o projeto dos Emirados Árabes Unidos aparece como um componente integral de um programa financiado pelo governo para construir uma nova indústria nacional, e não o que realmente é: desviar para es-



rios e industrializar seus processos. Em vários desses acordos são prometidos inumeráveis programas de pesquisa e de melhoramento genético.

No entanto, por trás da retórica dos acordos, nos quais supostamente todos saem ganhando, o objetivo real não é o desenvolvimento agrícola ou rural, mas sim o desenvolvimento das agroempresas.

Há alguns meses, o primeiro ministro do Camboja, Hun Sem, anunciou publicamente que dava em arrendamento campos arrozeiros *khmer* ao Qatar e

trangeiros ricos terras agrícolas férteis e, provavelmente, em disputa.

Os movimentos sociais da região protestam porque os diversos fundos recebidos pela Birmânia em troca do uso exclusivo de parte de suas terras agrícolas são um apoio disfarçado que é dado ao regime militar repressivo que governa esse país. Em Uganda, explodiu um enorme protesto público quando a Reuters informou sobre as conversações do governo com o ministério da agricultura do Egito, dando de-

talhes de um arrendamento de mais de 840 mil hectares de terras agrícolas ugandesas (2,2% da superfície total de Uganda!) a empresas egípcias, para produzir trigo e milho com destino ao Cairo. Os funcionários do governo negaram o acordo, mas o parlamento de Uganda exigiu uma sessão de emergência para investigar o assunto.

Imã de investimento. Diante do embate conjunto de crise alimentar e financeira, controlar a terra é um novo imã para os investidores privados. Não são as operações típicas das agroempresas transnacionais – por exemplo, que a Cargill invista numa unidade de processamento de soja no Mato Grosso, no Brasil. Falamos de assumir o controle de terras agrícolas. Os atores principais são a indústria de alimentos e, com peso muito maior, as corporações financeiras.

Nos círculos da indústria de alimentos, as empresas japonesas e árabes de comercialização e processamento são talvez as mais envolvidas em adquirir terras no estrangeiro. Cinco conglomerados comerciais dominam o mercado de alimentos e agronegócios no

Japão – Mitsubishi, Itochu, Mitsui, Marubeni e Sumitomo – através da compra, do processamento, do transporte, da comercialização e da venda ao público.

Em grande parte, focam em satisfazer as necessidades do mercado interno japonês, mas agora captam novos mercados no estrangeiro, dão mais importância do que antes à produção e já possuem 12 milhões de hectares de terras agrícolas no estrangeiro, onde cultivam alimentos e forragem. Parte dessas terras está na China, onde, em 2006, a Asahi, a Itochu e a Sumitomo começaram a arrendar centenas de hectares para produzir alimentos orgânicos destinados aos mercados chinês e coreano. Em 2007, a Asahi expandiu seu projeto e criou o primeiro estabelecimento leiteiro japonês na China. Um ano depois, a Asahi aproveitou a tragédia da melamina no leite para lançar seu primeiro produto de leite líquido com um preço 50% mais caro: o capitalismo do desastre em sua melhor expressão! As empresas japonesas também estão metidas no Brasil (ver quadro).

Febre por terra. As mudanças climáticas, a destruição do solo, a perda das fontes de água e o estancamento dos rendimentos dos cultivos dentro do paradigma do monocultivo tornaram-se a grande ameaça contra o futuro abastecimento de alimentos do planeta, segundo os que estão no poder. Para eles, isso se traduz em baixa margem de lucro, preços elevados e urgência de mais terra. E as finanças, que tanto apostaram e perderam, estão buscando refúgios seguros, e as terras agrícolas são um brinquedo novo que oferece dividendos. É vital produzir alimentos, os preços continuarão elevados, há terra barata disponível: negócio “da China”.

Ao longo de 2008, um exército de casas de investimento, fundos de capitais privados, fundos de cobertura e outros do estilo estiveram comprando avidamente terras agrícolas em todo o mundo – com grande ajuda de organismos como o Banco Mundial, sua Corporação Financeira Internacional e o Banco Europeu para a Reconstrução e o Desenvolvimento, os quais aplinam o caminho para essa corrente de investimento e “convencem” os governos a mudarem as leis de propriedade da terra. Os preços da terra sobem e ativam uma vertiginosa febre por adonar-se de terras.

Em setembro de 2008, enquanto todos os olhares estavam nervosamente dirigidos a Wall Street, o Deutsche Bank e o Goldman Sachs colocavam seu dinheiro sob proteção, investindo na China, nos maiores estabelecimentos suínos e avícolas, nas processadoras de carne, e em direitos a terras agrícolas. A empresa BlackRock Inc., com sede em Nova Ior-



Quebrando castanha

que, uma das maiores administradoras de dinheiro do mundo, com quase 1,5 trilhão de dólares em seus livros, acaba de criar um fundo de cobertura agrícola de 200 milhões de dólares, 30 milhões dos quais serão utilizados para adquirir terras em todo o mundo. A Morgan Stanley, que quase engrossa a fila dos resgatados pelo Departamento da Fazenda norte-americano, comprou 40 mil hectares de terras agrícolas na Ucrânia.

Muitos competem pelo fértil cinturão que desde a Ucrânia atravessa o sul da Rússia. A Renaissance Capital, casa de investimentos russa, adquiriu direitos sobre 300 mil hectares de terras ucranianas. A Black Earth Farming, um grupo sueco de investimentos, adquiriu o controle de 331 mil hectares de terras na região de terra negra da Rússia. A Alpcot-Agro, outra empresa sueca, comprou os direitos de 128 mil hectares. A Landkom, grupo britânico de investimentos, comprou 100 mil hectares de terras na Ucrânia e aspira a 350 mil hectares até 2011. Em toda essa terra serão produzidos cereais, óleo, carne e produtos lácteos para aqueles que podem pagar.

Os países escolhidos nessa nova tendência – entre os quais se contam Malawi, Senegal, Nigéria, Ucrânia, Rússia, Geórgia, Casaquistão, Uzbequistão, Brasil, Paraguai e Austrália – oferecem terra fértil, relativa disponibilidade de água e certo nível de crescimento potencial da produtividade agrícola. O horizonte temporal de que falam os investidores é, em média, de 10 anos. Entendem que é preciso fazer a terra produzir, e criar infraestrutura comercial – as taxas anuais de retorno projetadas são de 10 a 40% na Europa ou até 400% na África.

Mudanças na propriedade agrária. Muitos países estão mudando leis, políticas e práticas sobre a propriedade da terra. A China está em vias de uma importante reforma que facilite que os camponeses vendam seus direitos de uso da terra, que, do contrário, seria propriedade do Estado em nome do povo. A reforma facilitará que, a título individual, os agricultores vendam ou arrendem seus direitos, e que utilizem seus títulos agrários como garantias de empréstimos. Isso pode incentivar uma enorme reestruturação do meio rural na China, que passaria dos inumeráveis pequenos estabelecimentos agrícolas atuais – injustamente culpados pelas últimas crises de segurança alimentar da China – a uma menor quantidade de grandes estabelecimentos, sobre os quais as empresas poderão, então, ter direitos mais sólidos. Especula-se que em breve a Ucrânia eliminará sua proibição de venda de terra a estrangeiros. O Sudão, onde a maior parte da terra é propriedade do governo, está emitindo arrendamentos de 99



anos a um preço muito baixo, se não de graça.

O Paquistão tem normas claras que permitem a investidores estrangeiros ser donos e trabalhar no que se classifica como “estabelecimentos agropecuários empresariais”, onde as leis trabalhistas do país não se aplicam.

O Banco Mundial e o Banco Europeu para a Pesquisa e o Desenvolvimento, entre outros, assessoram ativamente os governos para que modifiquem as políticas e práticas de propriedade da terra de forma que os investidores estrangeiros tenham mais incentivos para aplicar seu dinheiro. De acordo com funcionários do Banco Mundial, mudar as leis de propriedade agrária é um objetivo central do programa de 1,2 bilhões de dólares do Banco para manejar a crise alimentar na África. O Banco Europeu para a Pesquisa e o Desenvolvimento promove uma reforma de políticas agrárias em resposta à crise alimentar na Europa e na Ásia Central, com especial atenção nos possíveis grandes exportadores de grãos: Rússia, Ucrânia, Romênia, Bulgária e Casaquistão.

E então? Essa intensificação de aquisição de terras demonstra que os governos perderam sua fé no mer-

cado. A crise alimentar mundial sacudiu essa fé quando os países se depararam subitamente com uma situação de falsa escassez, ocasionada pela especulação mais do que pela oferta e demanda. Os Estados do Golfo são bastante lúcidos em sua intenção de controlar ou apropriar-se de terras agrícolas estrangeiras para garantir seu abastecimento direto de alimentos, excluindo o mais possível os mercadores e outros intermediários, o que reduz de 20-25% seus gastos de importação. De todo o anterior subjaz um desprezo pelos mercados abertos e o livre comércio, tão laureados pelos assessores ocidentais nos últimos quarenta anos.



Com essa tendência, os trabalhadores, os camponeses e as comunidades locais inevitavelmente perderão acesso a uma terra onde poderiam produzir alimentos localmente. Está se entregando a própria base sobre a qual se poderia construir a soberania alimentar. Nada substitui a terra nem a possibilidade de trabalhá-la e viver dela.

E o problema central é a reestruturação. Essas terras (pequenas propriedades ou florestas) serão transformadas em grandes instalações industriais ligadas a grandes e distantes mercados. Os camponeses não voltarão a ser agricultores reais, haja ou não trabalho. Essa será talvez a maior consequência.

Insiste-se que é necessário investir mais em agricultura e construir solidariedade entre os países do Sul, criando uma economia cooperativa, fora do alcance do imperialismo (ocidental ou do Sul). Mas, que agricultura? Que tipo de economias? Quem controlará esses investimentos e quem se beneficiará deles?

Essas operações não afetarão a crise de alimentos nem trarão “desenvolvimento” necessariamente às comunidades locais. Muitos desses investimentos agrícolas no estrangeiro são facilitados através de tratados bilaterais de investimento e acordos de livre comércio mais amplos, o que dificulta a solução de futuros problemas.

É bem provável que conceder terras agrícolas a outros países ou a investidores privados, para produzir alimentos que serão enviados a outras pessoas, desfrira duros golpes às lutas de tantos movimentos que reclamam uma reforma agrária genuína e o respeito dos direitos dos povos indígenas. Muitos dos países escolhidos são importadores líquidos de alimentos (importam mais do que exportam), com conflitos muito sérios em torno da terra. No Paquistão, os movimentos camponeses já soam o alarme sobre 25

mil povoados que serão deslocados se for aceita a proposta do Qatar de produzir parte de sua produção de alimentos na província de Punjab. No Egito, camponeses do distrito de Qena estiveram lutando com unhas e dentes para recuperar 1.600 hectares que foram concedidos à Kobebussan, um conglomerado japonês do agronegócio, para produzir alimentos destinados ao Japão. Na Indonésia, a propriedade arroseira saudita em Merauke - 1,6 milhões de hectares entregues a um consórcio de 15 empresas que produzirão arroz para exportá-lo a Riyadh - deprecia o direito nacional dos habitantes de Papua, que não encontra como vetar o projeto.

A tenacidade do Banco Mundial e outros em facilitar o controle das terras aos ávidos investidores estrangeiros, como solução astuciosa à crise de alimentos, pode culminar em conflitos explosivos.

É verdade que alguns acordos reservam parte dos alimentos produzidos para as comunidades da região ou para o mercado interno do país hospede. Alguns incluem agendas sociais, a construção de hospitais ou escolas. Mas promovem um modelo industrial de agricultura com grandes propriedades empresariais que gera pobreza e destruição ambiental, exacerba a perda de biodiversidade, contamina com agroquímicos e transgênicos, e afiança a agricultura orientada à exportação, fórmula que fez com que a crise de alimentos 2007-2008 tenha sido tão difícil para tanta gente, sobretudo na Ásia e na África.

Para finalizar: o que ocorre no longo prazo quando alguém concede o controle das terras agrícolas de seu país a nações e investidores estrangeiros?

Esta é uma versão resumida. O documento completo, em espanhol, está disponível em: <http://www.grain.org/briefings/?id=214> As fontes podem ser consultadas em <http://tinyurl.com/landgrab2008>.

A contaminação legal do milho no México

Apresentamos três perspectivas relativas ao recente anúncio governamental que levanta a moratória sobre o plantio de milho transgênico no México. Reciclamos duas das análises publicadas no início de março, data do anúncio, porque as consideramos muito pertinentes para entender o momento, e, como terceiro elemento, apresentamos um breve resumo da situação.

II

Por decreto transgênico

Ana de Ita

Na sexta-feira, dia 6 de março, a partir de um decreto presidencial, assinado também pelas secretarias do Meio Ambiente, da Agricultura, da Economia, da Educação e da Saúde, ficou sem efeito a moratória de fato estabelecida por cientistas mexicanos, que durante 10 anos proibiu no México o plantio experimental e comercial de milho transgênico, por ser país centro de origem, diversidade e domesticação.

O plantio experimental que é permitido a partir desse decreto não pretende comprovar alguma hipótese ou reportar algum achado científico. É somente um trâmite para que, em um prazo de um a dois anos, se generalize o plantio comercial de milho transgênico no México. O que nenhum experimento mudará é a biologia do milho, que, ao ser um cultivo de polinização aberta, torna impossível a coexistência de variedades transgênicas e variedades não transgênicas, já que as primeiras inevitavelmente contaminarão o restante. Portanto, o decreto se impõe sem resolver o problema que fundamentava a moratória: a contaminação transgênica do milho nativo, reconhecida pelo governo mexicano desde 2001.

A partir de agora, e em contagem regressiva, o milho transgênico se espalhará como pandemia aos campos do principal cultivo e alimento básico do México. A Monsanto declarou que lhes interessa avançar nos cultivos comerciais do norte do país, principalmente em Sonora, Sinaloa, Tamaulipas e Chihuahua, que produzem milho com métodos industriais. Os produtores desses

os híbridos convencionais, mas também os transgênicos, dependerá de sua oferta a possibilidade dos produtores poderem escolher plantar milho convencional.

No ano passado, a contaminação em Chihuahua demonstrou que a variedade 7525, que a empresa Producers Hybrids distribui como híbrido convencional – pois até hoje está proibida a venda comercial de sementes transgênicas



Desenho: Diego Rivera

estados, plantando com sementes melhoradas e híbridas convencionais e um pacote tecnológico com conteúdo muito alto de insumos químicos, capital, mecanização e irrigação, estão conseguindo rendimentos muito elevados, em torno de 20 toneladas por hectare, que dificilmente os transgênicos poderão superar.

Sem dúvida, já que o mercado de sementes no México é controlado pelas corporações que produzem

de milho – na realidade continha variedades geneticamente modificadas da Monsanto.

Não vai demorar muito para que os produtores industriais de milho tenham a mesma sorte que os produtores dos Estados Unidos: mesmo que queiram, não conseguirão plantar variedades de milho não transgênicas. Os agricultores comerciais na mira das corporações são os que fornecem a maior parte do volume de

milho que entra no mercado para consumo humano e que até agora não é transgênico (12 milhões de toneladas).

E apesar de se importar em torno de 11 milhões de toneladas anuais de milho amarelo provenientes dos Estados Unidos, onde 80 por cento das plantações são transgênicas, esse milho é utilizado principalmente – ainda que não exclusivamente – para alimentar gado.

A agricultura camponesa produz em torno de 8 milhões de toneladas de milho com muito menos insumos químicos e utilizando variedades de sementes nativas ou crioulas, mas participa marginalmente no mercado, pois destina ao autoconsumo grande parte de sua produção. Os camponeses são os que conservam a grande diversidade de raças e variedades de milho que existem no país.

Apesar de que pareceriam não ser do interesse das corporações, pois suas condições de produção lhes impedem a utilização de um pacote tecnológico homogêneo, e não existem as variedades comerciais de sementes que possam se adaptar a tão diversas condições ecológicas, os programas do governo empenham-se em incorporá-los à agricultura industrial, promovendo o uso de pacotes tecnológicos que incluem variedades homogêneas de sementes, como o atual programa de apoio a produtores de milho e feijão (Promaf).

Desde 2002 e até hoje, os diagnósticos participativos da presença de transgenes nas milpas (lavouras) camponesas, elaborados pela Rede em Defesa do Milho, registraram contaminação transgênica em regiões camponesas muito distantes das zonas de agricultura industrial. A abertura ao

plantio de milho transgênico no México indubitavelmente expandirá a contaminação às variedades nativas e crioulas de milho.

A Comissão de Cooperação Ambiental da América do Norte, no informe *Maíz y biodiversidad: efectos del maíz transgénico en México*, 2004, recomendou efetuar uma avaliação profunda dos impactos na saúde, devido ao alto consumo de milho pela população mexicana (229 quilos anuais por pessoa, em média), muito superior ao dos países desenvolvidos.

O decreto presidencial de 6 de março nos impõe em curto prazo que não exista outro tipo de milho, a menos que como sociedade impeçamos esse desastre. (*La Jornada*, 21 de março)

* Diretora do Centro de Estudos para a Mudança no Campo Mexicano (Ceccam)

Milho transgênico, funcionários delinquentes

Alejandro Nadal

Na história da tecnologia há muitos exemplos de inovações que marcaram trajetórias decadentes e perigosas. A indústria nuclear é desde logo um dos melhores exemplos. Mas a biotecnologia molecular não fica para trás.

A tecnologia agrícola baseada em organismos geneticamente modificados desembocou em um beco sem saída. Os argumentos que se adiantam para justificá-la são falsos. Nem é mais produtiva, nem é mais barata, nem é mais amigável com o meio ambiente. Tampouco está claro que seja inócua para a saúde humana, pois mesmo nessa dimensão há uma grande polêmica na comunidade científica.

Todo esse debate não importa às companhias de biotecnologia. Seu objetivo é a rentabilidade, e

para isso necessitam obter o controle do processo de produção que existe no campo. Esse processo de produção, por muitas razões, resiste há uns 500 anos a se submeter por completo à lógica do capital. Hoje, em plena crise, as companhias de biotecnologia molecular necessitam implantar-se de forma total no campo mexicano.

Mas enfrentam um obstáculo. A legislação mexicana, que elas mesmas desenharam, contém um artigo que obriga a estabelecer um regime de proteção especial para o milho, antes de proceder ao plantio de grão transgênico. Para contornar essa determinação e poder implantar e consolidar o milho transgênico no campo mexicano, as empresas de biotecnologia necessitaram da ajuda dos funcionários públicos nas secreta-

rias competentes. Hoje, a conduta das autoridades da Secretaria de Agricultura, Pecuária, Desenvolvimento Rural e Alimentação (Sagarpa), a Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Naturais (Semarnat) confirma isso uma vez mais. Em 6 de março, o governo federal publicou no *Diário Oficial* uma série de reformas ao regulamento da Lei de Biossegurança de Organismos Geneticamente Modificados (LBOGM). O decreto pretende formalizar o início da desregulamentação do cultivo de milho transgênico no México. É um golpe sujo que em seu momento receberá a resposta adequada da sociedade civil.

Desde que foi publicada a LBOGM, temos denunciado suas contradições, sua subordinação às grandes corporações e o estado de indefensabilidade em que fica o

povo do México e o meio ambiente. Mas, essa mesma lei contém (artigo 2º, inciso XI) a obrigação de estabelecer um regime de proteção especial para o milho.

Numa primeira tentativa de enganar, o governo emitiu um regulamento da LBOGM no qual se relegava essa obrigação a um artigo vazio. De fato, o último artigo do regulamento dizia, pura e simplesmente, que o regime de proteção do milho se constituiria por disposições jurídicas que a autoridade estabeleceria. Quer dizer, se admitia claramente que o regime de proteção especial não existia no regulamento.

Posteriormente, o titular da Sagarpa tentou dar um golpe de surpresa com um acordo administrativo que continha uma simulação de regime de proteção. O acordo era, além disso, inconstitucional. E, como choveram críticas, a Sagarpa mudou a tática.

A Comissão Federal de Melhoria Regulatória (Cofemer) aconselhou à Sagarpa incluir o regime de proteção especial no regulamento

da LBOGM, ao invés de relegá-lo a um simples ato administrativo. Em seu parecer, a Cofemer recomendou à Sagarpa que era preferível essa via, porque a observância do simples ato administrativo poderia ser interpretada como facultativa, ou seja, algo contrário ao objetivo de uma lei. Agora que foi publicado o decreto com as reformas no regulamento, podemos observar que o regime de proteção especial do milho desapareceu por completo. Foram três anos de manipulação e enganos. A própria Cofemer fica sob suspeita porque a simulação nunca havia sido tão descarada. Seu parecer recomenda que é preferível colocar o regime de proteção especial do milho no regulamento, devido à necessidade de emitir princípios de observância geral, impessoais, objetivos e obrigatórios, que resultam necessários para aplicar a LBOGM. Pois bem, a Cofemer deveria ter rechaçado o decreto porque no mesmo o regime de proteção especial simplesmente desapareceu. O lobby das empresas de biotecnologia e seus

amigos no governo devem estar se felicitando. Sentem que conseguiram seu objetivo, de abrir o caminho para a desregulamentação do milho transgênico.

Devem recordar o seguinte. Os funcionários que assinam o decreto de 6 de março reformando o regulamento da Lei de Biossegurança colocaram-se de cheio no pressuposto do artigo 216 do Código Penal Federal: “Cometem o delito de coligação de servidores públicos os que tendo tal caráter se coliguem para tomar medidas contrárias a uma lei ou regulamento, impedir sua execução [...]”. Esse delito é punido com uma pena de dois a sete anos de prisão. É a pena que deverão pagar por violar a ordem jurídica federal que em algum momento juraram fazer cumprir. É a pena pelos danos irreversíveis que poderiam provocar no campo mexicano. (*La jornada*, 11 de março de 2009)

* Pesquisador do Colégio do México

Mensagens cruzadas, práticas obscuras

GRAIN

A contaminação ilegal. Em setembro de 2008, a pesquisadora mexicana Ana de Ita escrevia: “Para a Monsanto, é uma prioridade o levantamento da moratória ao plantio de milho transgênico estabelecida no México há dez anos”, pois, no atual entorno favorável às empresas, “conseguir o plantio de milho transgênico no México, onde cerca da metade da superfície agrícola se destina ao milho, parece um negócio valioso”. Essa moratória chegará ao seu fim “quando se conceda a primeira permissão de plantio experimental, e, em questão de meses, será legal o plantio comercial”.

Ana de Ita insistia: “O México ocupa o quarto lugar nas vendas da Monsanto, uma vez que as companhias nacionais de sementes sucumbiram diante da feroz competição... Em escala mundial, a Monsanto triplicou seus ganhos no primeiro trimestre



de 2008, com base na venda de sementes de milho (transgênico e híbrido) e de herbicidas. O boom dos agrocombustíveis e o uso de milho para fabricar etanol nos Estados Unidos aumentaram o valor de suas ações em 21%”.

A Monsanto, segundo Ana de Ita, “contou com o apoio dos legisladores que aprovaram a seu favor a Lei de Biossegurança e Organismos Geneticamente Modificados (LBOGM), e com o respaldo de funcionários das secretarias de Agricultura e Meio Ambiente, que publicaram o regulamento da lei e, burocraticamente, tentam acabar com o Regime de Proteção Especial ao Milho” (“Granjeros modernos o siervos de Monsanto”, *La Jornada del campo*, número 8).

Em setembro de 2008, comprovou-se o plantio e consumo de milho transgênico em Chihuahua, no norte do país, “sem que o produtor e nem o vendedor da semente se dêem conta de que se trata de um produto geneticamente modificado”, afirmava Lourdes Días López no *El Diario* de 24 de setembro de 2008. Eram quase 25 mil hectares, segundo a amostragem que o Greenpeace efetuou naquele momento, e que o ativista Victor Quintana comentou dizendo: “As autoridades da Secretaria de Agricultura, Pecuária, Pesca, Desenvolvimento Rural e Alimentação (Segarpa) querem se resguardar dizendo que são 70 hectares, e que estão dando atenção ao problema.

Pouco depois foi feito o anúncio oficial de que haviam ocorrido esses plantios. O delegado da Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Naturais (Semarnat), Ignacio Legarreta Castillo, disse “que em Chihuahua detectou-se o primeiro caso em nível nacional de plantio de milho transgênico, o qual já está sendo investigado pelo Ministério Público Federal (MPF), depois dos estudos do laboratório do Serviço Nacional de Sanidade, Inocuidade e Qualidade Agroalimentar (Senasica), e será o MPF quem determinará de quem é a responsabilidade, se do produtor, do vendedor de semente, ou da aduana, no momento da importação”.

Ou seja, estávamos diante de uma investida clandestina e ilegal para fazer do plantio de milho transgênico um fato consumado que acabasse de vez com a moratória.

Morre a moratória entre mensagens cruzadas. No dia 6 de março de 2009 (apenas 6 meses depois da descoberta de plantios transgênicos massivos e ilegais no norte do país), foi anunciada uma série de reformas ao regulamento da LBOGM “através das quais se poderá fazer uso experimental do milho geneticamente modificado”.

E no artigo 67 do referido regulamento se fez uma misteriosa exceção pela qual “não serão permitidas a experimentação nem a liberação no ambiente de milho geneticamente modificado que contenha características que impeçam ou limitem seu uso ou consumo humano ou animal, ou ainda seu uso em processamento de alimentos para consumo humano”, [sic].

Indagando um pouco, consegue-se entender que o artigo refere-se a milhos transgênicos que contenham plásticos, biorreatores, ou outros elementos que os tornam definitivamente NÃO-comestíveis, mas, devido à sua confusa redação, poderiam derivar-se duas possíveis alternativas para sua colocação em prática: ou se ativa a moratória, uma vez que nenhum transgênico conseguiu demonstrar sua inocuidade (ou seja, não haveria nenhum milho transgênico que tenha provado NÃO ter características que “impeçam ou limitem seu uso ou consumo humano”), ou se estimula que animais e humanos

tenham maior acesso aos transgênicos experimentais, para não limitar nem seu “uso nem seu consumo”. A primeira alternativa foi eliminada de fato ao levantar a moratória; a segunda é absolutamente aberrante e suicida.

Alberto Cárdenas, titular da Sagarpa, disse então que o país “abrirá a porta pouco a pouco, e não de uma só vez, com todo o cuidado e responsabilidade, à tecnologia para o desenvolvimento de organismos geneticamente modificados, que se desenvolve em 55 países e com a qual são cultivados 115 milhões de hectares”.

Apesar do anúncio da liberação transgênica, Patricio Patrón Laviada, titular da Procuradoria Federal de Proteção ao Ambiente (Profepa), insistiu, nesses mesmos dias, que “os agricultores de Chihuahua e Sinaloa que plantarem milho transgênico serão penalizados, por exemplo, com a destruição da co-



lheita. Além disso, serão feitas inspeções contínuas nessas entidades, porque é um compromisso histórico evitar a contaminação do centro de origem do grão”. O funcionário disse à repórter: “vamos com rigor. A lei se cumpre. Como exemplo, lembrou dos casos de inspeções e fechamento de hotéis por descumprimento de normas ambientais. Vai me tremer a mão, mas vou assinar na hora que o tenham que jogar fora (o milho transgênico). Mais vale uma advertência, assegurou. Procura-se, explicou, evitar a entrada de organismos geneticamente modificados no centro de origem desse grão, sobretudo nos estados de Oaxaca e Puebla”. (Angélica Enciso, *La Jornada*, 9 de março).

E, como numa comédia de confusões, outro dia o titular da Semarnat, Juan Elvira Quesada, anunciou que estariam recebendo pedidos para o cultivo experimental de milho transgênico. Advertiu que “se não há políticas sobre a matéria, e não se concedem permissões, pode haver mais casos de introdução ilegal do produto, o que ao longo do tempo causará mais danos à biodiversidade”. Por isso, para o funcionário – e é um dos pretextos preferidos pelas autoridades mexicanas em outras situações – o melhor é tornar legal o que já ocorria, mas do qual a autoridade não se dava conta.

Fatos consumados, para depois legalizá-los. Por isso afirmou: “há casos documentados de contaminação de cultivos tradicionais de milho com transgênicos na Serra Juárez de Oaxaca e em Chihuahua. Neste último, ainda não se sabe de onde se obteve a semente transgênica, e a investigação ainda não foi concluída. O México tem esse risco, como o tiveram muitos outros países com outros cultivos, tendo ou não permissão; a movimentação de sementes e de grãos de forma ilegal pode ser algum fator totalmente natural”. (Angélica Enciso, *La Jornada*, 10 de março, 2009).

Para Silvia Ribeiro, pesquisadora do Grupo ETC, “ao abrirem as portas a experimentos com milho transgênico, o governo mexicano comete um crime histórico que marca a decisão de alienar e colocar em alto risco o patrimônio genético alimentar mais importante do país. Tornando óbvia a ilegalidade, os funcionários argumentam que essa abertura é necessária porque o milho transgênico aumentaria a produção. E, além disso, não colocará em risco as zonas que definam como centro de origem do milho. Tratam-se somente de experimentos, afirmam, que serão avaliados antes de autorizar plantações comerciais. São argumentos falsos, começando pelo fato de que todo o México é centro de origem e diversidade do milho, e portanto não deveria haver milho transgênico em nenhuma parte. Ocultam a



Desenho: Diego Rivera

discussão sobre o ponto principal. Todos os transgênicos estão patenteados e são propriedade de 6 transnacionais. A Monsanto controla 86 por cento deles e, com a Syngenta e a DuPont-Pioneer, em torno de 95 por cento. Um grau de concentração corporativa sem precedentes na história da agricultura e da alimentação. Quando falamos de transgênicos, o ponto de partida é a entrega da soberania alimentar, dando-se a chave de toda a rede alimentar a umas poucas transnacionais”.

Essa chave são as sementes. O que está em jogo é o controle das sementes. E a controvertida lei mexicana de sementes, parte integral do pacote jurídico que reforça a LBOGM, contém um estilo particular em todos os seus artigos que conduz a identificar as variedades vegetais de modo que possam ser catalogadas, certificadas, homologadas, pois é uma tendência mundial, ainda que isso seja um desatino impossível (pela perene transformação das sementes). Trata-se de impor um sistema centrado em defender a propriedade privada das empresas sobre as sementes. Tal lei impulsiona a fiscalização mediante “organismos de certificação acreditados e aprovados”, promovendo “sementes de qualidade” mediante “organizações, associações e empresas produtoras e distribuidoras de sementes”, em um sistema nacional de sementes que colete, sistematize e proporcione “as informações e dados que permitam fortalecer a tomada de decisões dos agentes representados no sistema...”

Assim, enquanto se promove o plantio experimental de cultivos transgênicos, e se fortalece o papel das empresas que os desenham e que são suas donas, nas leis e regulamentos se promove (segundo uma avaliação de Camila Montecinos a respeito da citada

lei): “um procedimento de qualificação de sementes que cumpre duas funções principais. Por um lado, garantir que se respeitará a propriedade das empresas sobre as sementes. Por outro lado, assegurar que todos aqueles que produzam sementes serão fiscalizados, não importa que tipo de semente produzam ou como as intercambiem. Ou seja, as comunidades indígenas e camponesas ficarão sob a fiscalização do sistema e poderiam ser penalizadas se não se submeterem às regras que serão elaboradas. Como o setor empresarial poderá definir políticas e regras e, além disso, criar organismos fiscalizadores, multiplicam-se as possibilidades de agressões graves contra os sistemas camponeses”.

Em seu artigo 28, relativo ao seu regulamento, a lei assinala que “estabelecer-se-ão os requisitos para a conservação de gerações de cada categoria [de espécies], exceto a Certificada. O anterior será também aplicável às variedades de uso comum”. “Este é um artigo extremamente perigoso”, diz Camila Montecinos. “Significa que o governo poderá regulamentar como os camponeses mantêm suas variedades. Dado que a visão geral da lei é estática e não considera o papel central da diversidade, o texto enfatiza uma conservação estática, mumificada. Se acatassem a lei, as comunidades camponesas teriam que escolher entre deter totalmente qualquer processo de seleção e melhoramento contínuo de suas sementes ou pedir que qualifiquem suas sementes a cada ano para poder vendê-las ou trocá-las”.

Também se avalia o possível “colocação em circulação”, o que significa que estará sujeita a normatividades obrigatórias inclusive a troca, “o que, na prática, torna ilegais os intercâmbios de milhões de camponeses” que não se submetam “à qualificação”.

Qual panorama. Se agregarmos que no artigo 72 do novo regulamento da LBOGM promove-se o monitoramento governamental de uma contaminação transgênica que o próprio governo promoveu junto com as empresas, mais peças do quebra-cabeça do favoritismo caem em seu lugar. Assim, no referido

artigo é dito: “Nos casos em que as autoridades verifiquem a presença não permitida de material geneticamente modificado em raças, variedades ou parentes silvestres de milho, deverão estabelecer medidas para eliminar, controlar ou mitigar dita presença. Para o caso das raças e variedades, a atribuição caberá à Sagarpa, e para o caso dos parentes silvestres, à Semarnat”.

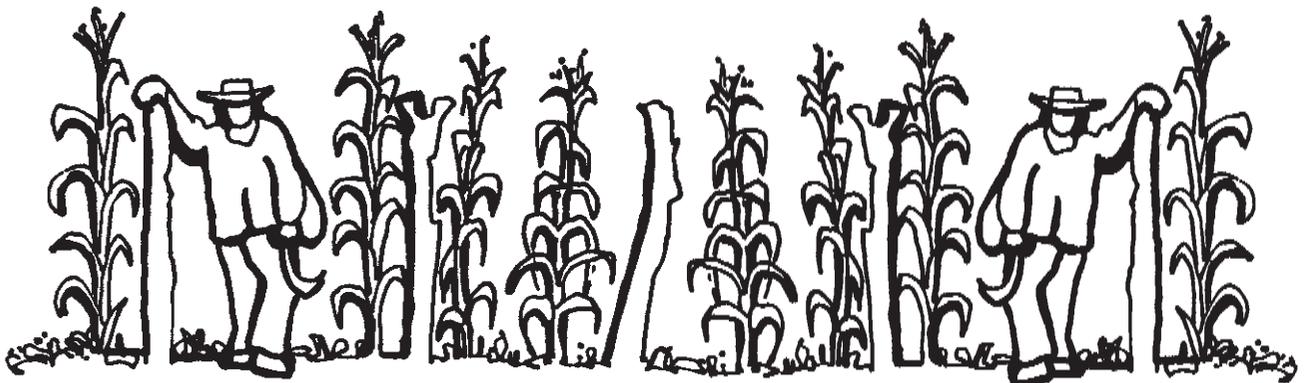
É muito cedo para entender o panorama que se apresenta, mas podemos apontar vários argumentos tentativos que, somados, nos fazem soar os sinais de alarme.

O primeiro passo foi promover a contaminação do milho nativo mexicano, de forma isolada, quase clandestina, principalmente em zonas indígenas.

Em seguida, foram ocultados os resultados de amostras que afirmam a contaminação, e os legisladores de todos os partidos aprovaram uma bateria de leis (principalmente a LBOGM) que dá às empresas, em bandeja de prata, muitos elos da cadeia alimentar, da semente à comercialização, abrindo o caminho para colocar abaixo a moratória.

Depois, de costas para a população, aprovaram leis com potencial de tornar ilegal o guardar, intercambiar ou reutilizar as sementes nativas que durante milênios têm sido o coração do milho e da agricultura camponesa.

No final de 2008, foram descobertos milhares de hectares semeados com milhos transgênicos. Poucos meses depois, o governo levantou a moratória ao plantio de milho transgênico e, de modo escuso, modificou leis e regulamentos que o permitem. Declarou abertamente que cuidará do milho nativo, enquanto, na prática, sacramentou em lei monitoramentos institucionais “legais”. Tais monitoramentos poderiam erradicar grandes coleções de variedades de sementes que, com a proibitiva e homologante natureza da Lei de Sementes, agora se tornam as principais “suspeitas” de uma contaminação que, na realidade, foi iniciada pelo governo e pelas empresas com suas sementes de laboratório. E, enquanto isso, cresce a contaminação e a desconfiança nas intuições do governo mexicano. ✨



Tornar ilegal a crítica que as ONGs fazem?

BIODIVERSIDADE

No dia 2 de março, Caroline Chang Campos, ministra da saúde pública do Equador, anunciou que derogava a personalidade jurídica da ONG Acción Ecológica, uma organização símbolo da sociedade civil equatoriana, com vinte anos de ação acompanhando as comunidades e povos afetados “pela atividade petrolífera, pelos agrotóxicos usados nas plantações, pelas tentativas das mineradoras de estabelecer suas atividades no país, pelo ingresso de transgênicos e pela produção de biocombustíveis”. A Acción Ecológica acompanhou também a reivindicação de direitos reconhecidos pela Constituição equatoriana e nos instrumentos internacionais, mas também “contribuiu nos processos constituintes e de geração de leis para posicionar os direitos das pessoas e da natureza, colaborou com seu conhecimento em cenários internacionais nos quais o Equador reclama por danos causados em seu território, como no caso relacionado às pulverizações realizadas na fronteira com a Colômbia”, por parte de efetivos do exército colombiano. Em todas essas situações, a Acción Ecológica sempre esteve em franca defesa das populações equatorianas e, em resumo, das pessoas comuns de toda a região.

A decisão da ministra Chang caiu como uma pedra no entorno social equatoriano, toda vez que a funcionária esgrimia o argumento de que “A Corporação Acción Ecológica descumpriu os fins para os quais foi criada, sem que suas ações dentro do campo da saúde tenham sido em coordenação com esta Pasta do Estado”.

Em poucas palavras, um ministério ou secretaria do governo de Rafael Correa tornava ilegal uma associação civil, sem fins lucrativos, de reconheci-

da trajetória internacional e que, inclusive, participou na assessoria legal de questões do governo com outros países e na reformulação participativa da mesma Constituição equatoriana.

É pertinente recordar que, quando a



Feira regional da soberania alimentar em Riobamba, Equador. A maioria do grupo nesta foto é da comunidade de San Martín Alto-Chimborazo. Fotos Carlos Vicente

Acción Ecológica obteve sua “personalidade jurídica”, não existia o Ministério do Ambiente, pelo que foi inscrita no Ministério da Saúde. Porém, seus objetivos (e seus estatutos) foram claros desde a sua fundação e eram e continuam sendo os mesmos. Objetivos que, ao buscarem uma ação integral de direitos abrangentes, poderiam caber em vários ministérios ao mesmo tempo, sem vulnerar seu perfil de prática e alcances.

- Promover a defesa da natureza com a finalidade de assegurar a preservação de um meio ambiente sadio.
- Difundir a problemática que tenha a ver com o uso e, especialmente, com a contaminação dos rios, mares, ar e terra, etc.
- Impulsionar programas de capacitação e educação nos setores rural e ur-

A Acción Ecológica contribuiu nos processos constituintes e de geração de leis para posicionar os direitos das pessoas e da natureza. Também em cenários internacionais nos quais o Equador reclama por danos causados em seu território, como no caso relacionado às pulverizações realizadas na fronteira com a Colômbia

A Acción Ecológica empreendeu de imediato uma defesa legal com um Recurso de Reposição onde enfatizou os fatos, apresentou documentação respaldando suas palavras e estabeleceu as fundamentações de sua ação, uma vez que se infringiu seu direito fundamental ao “devido processo”

bano marginais do país, nas áreas de educação ambiental e preservação do meio ambiente.

- Impulsionar pesquisas e a difusão de tecnologias apropriadas à realidade ambiental, social e econômica de cada localidade; e impulsionar programas de ecodesenvolvimento com setor marginais.
- Colaborar com as instituições públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras, na defesa e proteção do meio ambiente.

Oito dias depois, o presidente Correa afirmou, em entrevista na *Rádio Caravana* de Guayaquil, que “muitas ONGs fazem o que bem entendem, se imiscuem em política, não registram seus dirigentes, não fornecem informações periódicas, não prestam contas [...] é um caos, mas já estamos colocando ordem nesse caos”. Correa continuou: “Temos 30 mil ONGs neste país, fundações, organizações sem fins lucrativos, e se imagina que 95% não cumprem com absolutamente nenhuma das exigências legais, por isso estamos fazendo uma depuração”, ver AFP (*El Comercio*, 10 de março de 2009).

Começou a chegar uma enxurrada de cartas, manifestos e comunicados vindos de muitos países: movimentos sociais, organismos não governamentais, instituições de pesquisa e desenvolvimento, universidades, meios de comunicação e personalidades científicas, sociais, jornalistas e até literárias.

A ministra Chang e o presidente Correa afirmaram então que não se tratava de prejudicar a Acción Ecológica, mas sim de dar início a seu trâmite de registro no Ministério do Ambiente, o que claramente abria a possibilidade de que “legalmente” lhe fosse negado o novo estatuto, além de fragilizar sua posição sem que exista nenhuma infração por parte da associação civil.

A Acción Ecológica empreendeu de imediato uma defesa legal com um Recurso de Reposição onde enfatizou os fatos, apresentou documentação respaldando suas palavras e estabeleceu as fundamentações de sua ação, uma vez que se infringiu seu direito fundamental ao devido processo, que dizer o “direito de toda a pessoa de ser ouvida com as devidas garantias e dentro de um prazo razoável por um juiz ou tribunal competente, independente e imparcial, estabelecido com anterioridade pela lei na tramitação de qualquer acusação penal formulada contra si ou para a determinação de seus direitos de caráter civil, trabalhista, fiscal ou outro qualquer”. Isso porque a Acción Ecológica não foi notificada da tramitação de um procedimento de vigilância e avaliação a respeito do desenvolvimento de suas atividades e o consequente cumprimento de seus fins, nem foi chamada a “apresentar a declaração derivada do resultado da avaliação realizada sobre nossas atividades e métodos de trabalho”.

Também foi violado seu “direito de associar-se, reunir-se de forma voluntária e durável para a realização comum de um fim lícito”. As ações provadas da ONG estão em concordância com a própria Constituição equatoriana, que em seu artigo 83 declara: “Defender a integridade territorial do Equador e seus recursos naturais [...] Respeitar os direitos humanos e lutar por seu cumprimento. Respeitar os direitos da natureza, preservar um ambiente sadio e utilizar os recursos naturais de modo racional, sustentável e viável. Promover o bem comum e antepor o interesse geral ao interesse particular, em conformidade com o bem viver. Conservar



Delfin Tenesaca dirigindo-se à audiência. Foto Carlos Vicente



Crianças de San Isidro Cotopaxi. Foto Carlos Vicente

o patrimônio cultural e natural do país, e cuidar e manter os bens públicos”.

Além disso, a Acción Ecológica cumpriu fielmente suas obrigações administrativas, fiscais e trabalhistas, “apresentando de forma oportuna e completa a informação solicitada” pelo Instituto Equatoriano de Seguridade Social, pelo Serviço de Rendas Internas e por todas aquelas instituições relacionadas com o pagamento de impostos municipais e prediais. “A gestão de nossa organização goza de uma total transparência, sendo assim que oportunamente nos inscrevemos sem qualquer ressalva na Secretaria de Povos, Movimentos Sociais e Participação Cidadã. Por isso, não se pode afirmar que a Acción Ecológica integra os presumidos 95% de organizações não governamentais que descumprem as exigências legais vigentes, e, portanto, é descabido sugerir que devemos nos registrar novamente”, afirmam em sua defesa legal.

No dia 18 de março, a Acción Ecológica foi notificada de que o Ministério da Saúde suspendeu provisoriamente a execução do Acordo Ministerial que determinou revogar sua personalidade jurídica.

A Acción Ecológica reafirma: “Confiamos na restituição definitiva de nossa personalidade jurídica, em particular depois de escutar o presidente da República, no passado 14 de março, o qual corroborou que nossa organiza-

ção cumpriu com todas as exigências legais. E mais, o Presidente [...] manifestou-se a favor de dar uma solução a essa situação mediante a subscrição de um acordo interministerial entre os Ministérios da Saúde e do Ambiente, caminho que devia ter sido seguido desde o início, evitando assim a arbitrariedade da qual fomos vítimas. Para nós é importante esclarecer que estamos de acordo com a organização interna das diferentes pastas ministeriais [...], mas insistimos que tal trabalho deve se dar com estrito respeito aos direitos das cidadãs e dos cidadãos do Equador.”

Longe de mostrar um exercício de ordenamento na enorme plêiade de ONGs no Equador, pareceu mais que o executivo quis emudecer a crítica exercida no cotidiano por muitas instituições da sociedade civil - apesar delas terem personalidade jurídica, ou seja, apesar de atuarem dentro dos limites legais do Estado equatoriano. Estamos frente a um caso paradigmático no qual, em diversas partes do mundo, não só do Equador, os indivíduos, as organizações, movimentos e organismos da sociedade civil exigimos uma coerência entre o discurso progressista dos governos e a irrenunciável necessidade de que os movimentos gozem de liberdade para lutar por seus direitos mostrando em cada momento, sem empecilhos, as críticas, os pontos de vista e as denúncias fundamentadas. ❀

“Confiamos na restituição definitiva de nossa personalidade jurídica, em particular depois de escutar o presidente da República, no passado 14 de março, o qual corroborou que nossa organização cumpriu com todas as exigências legais”

Asas à esperança

20



No dia 18 de março, a Corte Constitucional declarou inexecutável o Estatuto de Desenvolvimento Rural [Lei 1152 de 2007] que foi um dos motivadores do protesto generalizado

As fotos desta seção foram tiradas no sul do Brasil por Leonardo Melgarejo

Nos dias 20 e 21 de março se reuniram em La María Piendamó delegados de organizações indígenas, camponesas, afrodescendentes, estudantes, deslocados, ambientalistas, sindicalistas, mulheres, plataformas nacionais, ONGs de direitos humanos, além de jornalistas de meios alternativos e movimentos religiosos, para reafirmar o significado e transcendência do Mutirão Social e Comunitário que percorreu o país entre outubro e novembro de 2008, reivindicando sua existência humana e, como tal, suas exigências de respeito e dignidade.

Foi um momento importante, porque no dia 18 de março haviam obtido o enorme êxito de que a Corte Constitucional declarasse inexecutável o Estatuto de Desenvolvimento Rural que foi um dos motivadores do protesto generalizado. Ou seja, dita Corte declarou inconstitucional a Lei 1152, de 2007, argumentando que “o Governo Nacional não realizou uma consulta com os povos indígenas e afrodescendentes para que se pronunciassem sobre a conveniência ou não que a norma iria ter em suas terras e em suas vidas”.

A esse contexto de reafirmação do Mutirão, soma-se o fato de que, desde princípios de março, o Conselho Regional Indígena de Cauca (CRIC) havia decidido continuar fortalecendo seu mandato “unidos no Segundo Mutirão do Pensamento do Cxab Wala Kiwe (Território do Grande Povo)” e fortalecer sua “resistência e autonomia diante da agressão e ocupação integral contra a vida e os territórios”.

É, então, um momento de visibilidade e de valorização do que foi obtido, sabendo muito bem que, no estado de

guerra permanente que se vive na Colômbia, não é possível baixar a guarda nem ser triunfalista em excesso.

Assim, o Mutirão não recua em seu empenho para que se cumpram os compromissos que o Estado Nacional tem “e sobre os quais as instituições não souberam responder no mês de novembro de 2008”. As autoridades indígenas, líderes sociais e delegados de organizações de direitos humanos provenientes de todo o território nacional avaliaram “o comportamento que teve o governo nacional durante o debate presidencial e a interlocução institucional em 2008, assim como sua negligência para dar respostas eficazes às demandas feitas pelas organizações sociais”. Exigiram também que se entreguem resultados concretos sobre as investigações diante “dos assassinatos de Taurino Ramos e Edwin Legarda, esposo da Conselheira Maior CRIC, Aída Quilcue, vítimas do Estado, às mais de 150 pessoas feridas ao ser invadido por força pública o território guambiano de La María Piendamó, e a todas as vítimas do Estado durante o processo de Mutirão de Resistência Social e Comunitária que avançou no país”. Tampouco recua em exigir aos “agentes da guerra” [Estado e guerrilhas] “atos de responsabilidade política que conduzam a um acordo humanitário e a uma saída política dialogada ao conflito armado, como instrumento para o respeito à população civil e ao exercício de autonomia territorial dos povos indígenas”.

Por isso, na plenária de 20 de março em La María Piendamó, o Mutirão Social e Comunitário manifestou sua “decisão de defesa da água como direito humano fundamental e de globalizar o tema da liberação da mãe Terra como ação legítima de defesa da natureza”. Manifestou também seu empenho na “continuidade das conclusões e recomendações feitas pelas Nações Unidas ao Estado colombiano”, de forma igual às apresentadas pelo relator especial da ONU para povos indígenas, e seu rechaço à decisão presidencial de enviar colombianos para participar do conflito

árabe-israelense, “ainda mais quando o compromisso [governamental] é com as forças invasoras, que cometeram crimes de lesa humanidade e estão promovendo o genocídio do povo palestino, a quem o Mutirão expressa sua solidariedade e apoio na resistência”.

A plenária em La María ratificou sua “disposição de continuar trabalhando pela unidade na diversidade dos setores sociais da nação colombiana, e de movimentos e organizações do continente e do mundo que trabalham por uma sociedade livre e pela construção de Estados realmente democráticos” e ratificou também “a estrutura e a condição de porta-vozes de Ainda Quilcué, Feliciano Valencia, e Marilén Serna, reconhecidos durante o processo do Mutirão de 2008, dando à Comissão Política a faculdade de definir novos porta-vozes para conjunturas específicas de mobilização e exigibilidade”.

Sem dúvida, um dos pontos centrais em sua declaração é constatar “a vigência da resistência e a mobilização como únicas alternativas para a defesa da dignidade e dos direitos fundamentais”, indispensáveis “diante da grave

situação em que vivem amplos setores da sociedade colombiana, em especial os povos awá de Nariño, esperara siapidara da Costa Pacífica caucana e kankuamos da Serra Nevada, os quais, nos últimos dois meses, têm sido objeto de agressões contra sua vida, sua integridade e seus territórios por parte de todos os atores armados”. O Mutirão é muito claro em condenar as FARC por sua “ação brutal contra o povo awá de Nariño”, mas também o governo colombiano “por persistir em suas ações sistemáticas de envolvimento da sociedade civil no conflito armado”. O Mutirão repudia, igualmente, “a situação de violação dos direitos humanos que se repete na Costa Pacífica caucana contra o povo eperara siapidara, vítima do desalojamento forçado pela ação de todos os grupos armados, tanto os ilegais quanto a força pública do Estado colombiano”.

Neste momento de avaliação, o êxito de ter podido incidir na sentença da Corte a respeito do Estatuto Rural não é, de nenhum modo, menor. Por isso, a Associação de Cabildos Indígenas

A plenária em La María ratificou sua “disposição de continuar trabalhando pela unidade na diversidade dos setores sociais da nação colombiana, e de movimentos e organizações do continente e do mundo que trabalham por uma sociedade livre e pela construção de Estados realmente democráticos”

21





Não podemos permitir que a legislação de despojo continue imperando para submeter os povos. Anteriormente já havia caído, por inexecutável, a Lei Florestal, e agora o Estatuto Rural, então tem que cair todo o arsenal legislativo do regime. Essa é a resistência e a exigência que devemos continuar liderando. Enquanto não cair a legislação de despojo, o TLC e o modelo de desenvolvimento baseado na cobiça transnacional e no terror, não teremos país dos povos

do Norte de Cauca (ACIN) afirma com fundamento que o Mutirão ganhou. “A queda da lei 1152 é um triunfo do grande Mutirão do Povos indígenas e dos movimentos sociais que participaram ativamente na mobilização realizada entre outubro e novembro de 2008, porque o objetivo central dos 5 pontos da agenda proposta era colocar abaixo a legislação do despojo, junto com o rechaço ao modelo econômico neoliberal representado nos TLC”. E insistem, “não podemos permitir que a legislação de despojo continue imperando para submeter os povos. Anteriormente já havia caído, por inexecutável, a Lei Florestal, e agora o Estatuto Rural, então tem que cair todo o arsenal legislativo do regime. Essa é a resistência e a exigência que devemos continuar liderando. Todas têm que cair, começando pelos TLC. Em consequência, o chamamento das organizações sociais e populares, do Movimento Indígena e, em especial, o que faz a Associação de Cabildos Indígenas do Norte de Cauca-ACIN, é o da retomada da agenda do Mutirão com total contundência. Porque, enquanto não cair a legislação de despojo, o TLC e o modelo de desenvolvimento baseado na cobiça transnacional e no terror, não teremos país dos povos. Já se provou que podemos derrubá-los, os estamos derrubando e assim vamos seguir. Não é por via de nos acomodarmos ao modelo e rogar por nossos direitos em migalhas, mas sim pela luta política e pela mobilização consciente, com uma agenda clara e compartilhada que colha a dor e as aspirações de todas e de todos. Chamamos de imediato à celebração e à mobilização. Não podemos ficar quietos, devemos exigir que se revogue o Código de Mineração, o Plano de Águas e tudo o mais que afeta nossas comunidades e todo o povo colombiano. Convocamos a continuar em Mutirão para defender a vida e o território nacional, porque o modelo e seu regime devem cair”.

E dizem: “É necessário construir alternativas entre os povos, fortalecer o caminho que percorremos para resistir... lutar pela terra não é um problema nem

um dever somente dos indígenas, mas sim um mandato ancestral de todos os povos, de todos os homens e mulheres que defendem a vida. Porque somente na luta para colocar em liberdade nossa mãe recuperamos a dignidade, alcançamos a justiça e a equidade e trilhamos a palavra que defende a vida. Seguiremos coordenando, fazendo alianças estratégicas e conclamando com palavras convertidas em ação no espírito da comunidade a despertar as consciências e recuperar a Mãe Terra para ser livres. Deste rincão sagrado do planeta, como povos ancestrais arraigados a estas terras de Cauca, fazemos o que nos cabe



fazer pela terra e pela vida, lutamos pela terra e pela vida e nesse caminho a recuperamos, transformamos o direito de propriedade para que seja coletivo e convocamos as consciências a trilhar palavras de liberdade”.

“É hora de celebrar e de comemorar”, afirmam por último, “àqueles que já não estão conosco: Taurino Valencia, Edwin Legarda, Edgar Ocoró, Lorenzo Largo Dagua e todas e todos os mortos, os feridos, os desalojados, os perseguidos, os oprimidos e os maltratados em diversos graus por defender a vida. Todas e todos ganhamos hoje”. ✿

Declaração de Heredia

Clima, florestas e plantações de árvores

Organizações da sociedade civil de todos os continentes nos reunimos na Costa Rica entre os dias 24 e 28 de março para compartilhar experiências, visitar comunidades camponesas, refletir e gerar propostas sobre a temática do clima, florestas e plantações de árvores.

Na primeira parte de nosso encontro, visitamos comunidades camponesas da zona norte e pudemos verificar o impacto do monocultivo de abacaxi sobre as comunidades locais, seus territórios, suas fontes de água, sua saúde e os ecossistemas locais, e comprovar que as comunidades camponesas continuam protegendo suas florestas e as regenerando diante de todas as agressões que recebem

Pudemos constatar a imposição de um modelo agroexportador que se repete com diferentes formas e produtos ao redor de todo o globo e que nos conduz à presente ameaça ambiental. Esse modelo de exportação de produtos básicos, com seus monocultivos, o uso intensivo de agroquímicos, o transporte de produtos através de milhares de quilômetros para o consumo no Norte opulento, é uma das principais causas da atual crise climática.

A Costa Rica se vende ao mundo como um país “verde”, que defende suas florestas e sua biodiversidade. Sem dúvida, verificamos que essa é uma imagem falsa, que não reflete a realidade em que vive o povo e o ambiente da Costa Rica.

Depois de dois dias refletindo sobre as causas que levaram nossa sociedade a essa situação e sobre as propostas que estão sendo feitas nos âmbitos oficiais, queremos compartilhar nossas conclusões, nossos compromissos e nossas propostas para enfrentar as *mudanças climáticas*.

Nossa primeira conclusão é que as *mudanças climáticas* são a consequência inevitável de um sistema socioeconômico e político que converteu a natureza e as pessoas em uma mercadoria e que, apesar de ser uma das ameaças

mais sérias que deveremos enfrentar no futuro, é parte de uma cadeia de crises que vêm se sucedendo nos últimos anos.

Em segundo lugar, chegamos à conclusão de que nenhuma das soluções propostas pelos âmbitos governamentais e pelas Nações Unidas enfrenta realmente as causas das *mudanças climáticas*.

Concluimos que o mercado de créditos de carbono, mecanismo conhecido pela sua sigla em inglês como REDD, o pagamento por serviços ambientais e todos os mecanismos de mitigação ou compensação baseados no mercado são instrumentos que não só não cumprem o objetivo declarado, mas também avançam na mercantilização de toda a vida e, portanto, na destruição de nosso planeta e no agravamento das *mudanças climáticas*. Todas essas propostas convertem-se em “alvos móveis” que, mudando permanentemente, procuram nos distrair dos verdadeiros problemas.

O mercado global e suas grandes corporações apropriaram-se das negociações sobre *mudanças climáticas* nas Nações Unidas e as sequestraram, convertendo-as em um espaço para negócios que de nenhuma forma atendem às necessidades e as medidas que devem ser tomadas urgentemente.

O Banco Mundial, que foi responsável por financiar a destruição do planeta, agora está adotando um papel de liderança nas negociações sobre clima, promovendo modelos de mercado fracassados que convertem em uma farsa as tentativas de enfrentar a crise climática.

Tampouco as tecnologias que estão sendo desenvolvidas como resposta, tais como os agrocombustíveis, novas variedades de transgênicos, o uso do biocarbão [biochar ou terra preta de índio] e outras similares são uma resposta real às *mudanças climáticas*. Por trás de todas essas falsas soluções estão as grandes corporações com a cumplicidade dos governos, que se converteram em simples facilita-





dores dos negócios das mesmas. Ao mesmo tempo, são também os governos os que promovem a repressão e a criminalização das pessoas e organizações que resistem à imposição de plantações, monocultivos e todas essas falsas soluções.

Por esse motivo, nos comprometemos a desenvolver nossa própria agenda, centrada nas necessidades e lutas de nossos povos, para gerar e contribuir com um movimento social amplo que busque transformar esse sistema de baixo para cima.

Nesse âmbito, a defesa do clima, das florestas e outros ecossistemas pela mão dos povos é a única alternativa possível para o futuro que estamos construindo. As mulheres desempenham um papel de liderança fundamental no caminho para uma mudança de relações entre as pessoas e com a natureza, que privilegie a cooperação mais que a dominação e o controle.

Ao mesmo tempo, rechaçamos as plantações de árvores e monocultivos, porque deslocam comunidades, destroem florestas, contaminam o planeta e geram mais mudanças climáticas - e este será um dos pontos principais de nossa agenda para o futuro. Definitivamente enfatizamos que as plantações não são florestas.

Sobre esta base é que nos propomos:

1. A defesa da terra e territórios em oposição a qualquer tipo de concentração da terra em mãos de poucos. Propomos a realização de uma reforma agrária integral, partindo da integração solidária de mulheres e homens com sua terra e protegendo a água e a biodiversidade que nos sustenta. Opomo-nos terminantemente às reformas agrárias de mercado promovidas pelo Banco Mundial, que buscam somente o desalojamento das comunidades para ocupar seus territórios. Nossa proposta é relacionar-nos com a terra de maneira respeitosa e

sem agredi-la. Entendemos que defender o território é defender nossa cultura e nosso modo de relacionar-nos entre nós e com a terra.

2. Soberania alimentar, entendida como o direito dos povos a decidir sobre tudo que diz respeito à produção de alimentos e à agricultura. A *soberania alimentar* começa com a defesa das sementes crioulas e o vínculo com a natureza. Para poder ser soberanos, necessitamos produzir localmente e de maneira diversificada a maior parte de nossos alimentos, para nosso consumo em harmonia com a natureza, e dessa maneira podemos produzir alimentos para todos, “esfriando o planeta” e combatendo as *mudanças climáticas*. Esse é o caminho para conseguir povos e ecossistemas saudáveis e em equilíbrio.
3. Opor-nos aos mecanismos de mercado para o clima, resistindo-os e denunciando-os. Denunciaremos em todos os âmbitos possíveis a falsidade dos créditos de carbono, o mecanismo REDD ou todas as propostas similares que possam surgir no futuro. Comprometemo-nos a explicar em todos os âmbitos possíveis, com clareza, as razões pelas quais esses mecanismos jamais poderão dar uma resposta à atual crise climática.

Concretizaremos esses objetivos através da realização de atividades nas quais nos iremos coordenando e apoiando:

- * Educação e conscientização através da produção de materiais educativos, audiovisuais e todas aquelas ferramentas que permitam ampliar a base de pessoas conscientes da problemática.
- * Realização de estudos de caso para documentar os impactos das *mudanças climáticas* e suas falsas soluções, acompanhando as comunidades afetadas em suas denúncias.
- * Criação de alianças com todos os movimentos sociais que questionam este sistema socioeconômico: organizações camponesas, povos indígenas, organizações de mulheres, organismos de direitos humanos, sindicatos, etc.
- * Apoio aos movimentos dos afetados pelas *mudanças climáticas*, para ajudar que sua voz seja escutada e fortalecer suas estratégias de sobrevivência.
- * Trabalho em nível local, nacional e internacional, de maneira coordenada e solidária.

Voltamos a nossos países irmanados com o povo da Costa Rica em suas lutas contra os Tratados de Livre Comércio e em defesa da biodiversidade, da água, da produção em harmonia com a natureza e por um mundo justo e solidário. 🌱

O duplo discurso do carbono neutro

Javier Baltodano, Coecoceiba-Amigos da Terra Costa Rica. O Grupo Intergovernamental de Especialistas sobre o Aquecimento Global (IPCC) destaca em seu último informativo que a temperatura média de nosso planeta está aumentando e poderia elevar-se de 3 a 6 graus centígrados no presente século se não se conseguir reduzir as emissões de dióxido de carbono (CO₂) entre 60 e 80%.

Entretanto, os governos e as empresas abordam o assunto com um discurso duplo. Ao invés de assumir a responsabilidade e promover reduções concretas de emissões afastando-se do uso de combustíveis fósseis, limitam-se ao jogo das compensações e mercados de carbono. Assim, os níveis de consumo e produção de CO₂ não mudam enquanto são compradas como se fossem indulgências, ou com a intenção de propaganda, as reduções supostamente já realizadas por outros.

Mais do que reduzir emissões de sua fonte, as propostas conhecidas como Carbono Neutro dizem compensá-las, através do comércio das emissões. (Um crédito é igual a uma tonelada de carbono que supostamente se deixa de emitir ou se retira da atmosfera.) Por exemplo, um dos esquemas de compensação utilizados relaciona-se com o plantio de mudas de árvores. Na teoria, as mudas crescem e fixam em sua madeira carbono que retiram da atmosfera. Diz-se que plantar 2 hectares de floresta tropical compensa o carbono emitido por um europeu mediano durante um ano. Mas não se especifica que não é floresta o que se planta, mas sim plantações de árvores em monocultivo, que utilizam grande quantidade de insumos e destroem a biodiversidade.

Diz-se também que com 25 dólares se financia o plantio de cinco mudas de árvores, que compensam o carbono emitido durante uma viagem de avião. Mas nada garante o futuro das mudas. Normalmente, nem sequer se garante a sobrevivência durante o primeiro ano.

Tampouco se reflete sobre o fato de que as estimativas de fixação de CO₂ por parte de uma plantação de árvores possuem níveis elevados de incerteza.

Muito menos se informa se as companhias encarregadas da plantação desalojarão camponeses ou indígenas para plantar essas mudas, e também não se analisa que oficializar o comércio de carbono cria uma espécie de “direitos de contaminação da atmosfera”, o que vem a impulsionar o processo de privatização do último dos grandes espaços comuns.

Na Costa Rica, a atual política oficial para enfrentar as Mudanças Climáticas limita-se ao discurso C-Neutro. Dá-se publicidade ao plantio de 5 milhões de mudas de árvores durante o ano de 2007, mas não se menciona que 80% foram espécies exóticas, de crescimento rápido, plantadas por empresas como parte de um negócio. Tampouco se diz que vão ser cortadas em tala rasa em um lapso de tempo relativamente curto, e que uma boa parte será aproveitada para fabricar engradados para a exportação de frutas. Esses engradados, em geral, são descartados em poucos dias, liberando o carbono fixado. Não é por casualidade que a primeira empresa a declarar-se C-Neutra foi justamente uma transnacional produtora de frutas. A mesma declarou que ia neutralizar unicamente as emissões resultantes do transporte terrestre de suas frutas na Costa Rica, mediante a compra de créditos de carbono da instituição que justamente subvenciona as plantações de mudas de árvores utilizadas posteriormente na produção de engradados.

Enquanto os mercados de carbono alcançam taxas de crescimento de 300%, gerando intercâmbios de várias centenas de milhões de euros por ano, as emissões também crescem. Os investimentos na produção de combustíveis

fósseis aumentaram 70%, chegando a 340 milhões de euros anuais até 2005. Ou seja, os mercados de carbono não ajudam a diminuir nossa dependência dos combustíveis fósseis.

O mercado livre e voluntário não é a maneira de saldar a dívida ecológica nem de financiar a conservação de florestas. Deve-se estabelecer, em nível internacional, um conjunto de preceitos e regulamentações drásticas à contaminação da atmosfera.

Junto com essas regras gerais, é necessário criar fundos internacionais de fomento à restauração e conservação de florestas cuja administração implique participação dos povos indígenas e das comunidades relacionadas à floresta. Também é necessário erradicar a íntima relação entre os governos e as empresas de petróleo, de transporte, e de fabricação e comercialização de veículos. Fomentar políticas alternativas que nos desintoxiquem dos combustíveis fósseis. É urgente promover, tal e como nos indicam organizações ecologistas e camponesas em todo o mundo, a soberania alimentar sustentada na parcela camponesa, em sistemas agroflorestais e em mercados locais que reduzam drasticamente as necessidades de transporte massivo de alimentos e o uso de agroquímicos que caracteriza a produção agropecuária industrial, responsável por grande parte do aquecimento global. ✨



Liberação de arroz [transgênico] da Bayer é rechaçada em audiência pública

Carta Maior, 27/03/09, Maurício Thuswohl. O alto risco de contaminação inerente à produção de variedades transgênicas de arroz causou uma inesperada e inédita derrota para a indústria internacional de biotecnologia no Brasil. Após ver o pedido de liberação comercial de uma variedade de arroz geneticamente modificada pela empresa Bayer CropScience ser bombardeado até mesmo por setores pró-transgênicos durante a audiência pública convocada para discutir o tema, a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio), órgão responsável pela liberação de transgênicos no país, decidiu que só voltará a analisar o pedido no segundo semestre. [...]

Contra o arroz da Bayer pesaram alguns pontos, como

a falta de atrativos comerciais (não existe um mercado consumidor), a precariedade da tecnologia desenvolvida (só tem garantia para três anos), e, sobretudo, os casos de contaminação das lavouras convencionais já registrados na Índia e nos Estados Unidos, países que permitiram apenas o plantio experimental de variedades transgênicas de arroz. [...]

Acostumada às facilidades da CTNBio, a Bayer talvez não esperasse, mas, desta vez, até o habitual desprezo em apresentar garantias científicas para os transgênicos propostos foi alvo de duras críticas, vindas até mesmo de tradicionais aliados. O representante da empresa na audiência chegou a provocar gargalhadas no plenário ao apresentar uma “comprovação da segurança” do arroz LL62 baseada em um estudo feito com frangos, animais que, como se sabe, não se alimentam de arroz. ❁

A nova lei norte-americana HR 875 é perigosa?

De acordo com Simon C. Hart, diretor do programa latino-americano da organização Where There be Dragons (www.wheretherebedragons.com), a nova lei de segurança de alimentos, conhecida como HR 875, que foi submetida ao Congresso pela representante Rosa DeLauro, em 4 de fevereiro de 2009, é um novo instrumento que “virtualmente criminaliza todos os cultivos orgânicos” com o pretexto de que colocam em risco a segurança dos alimentos. Disse Hart: “Com esta legislação, as sementes orgânicas tradicionais, transmitidas de geração a geração, são consideradas de fato ‘sementes contaminantes’, uma ameaça para a ‘segurança’ nos alimentos”.

Em seu artigo “Monsanto’s dream bill” [“A Lei Monsanto dos sonhos”], que apareceu em 9 de março no Opednews (<http://www.opednews.com/articles/Monsanto-s-dream-bill-HR-by-Linn-Cohen-Cole-090309-337.html>), Linn Cohen-Cole afirma que a citada lei “é monstruosa nível após nível. O poder que será outorgado à Monsanto, a criminalização de qualquer banco de sementes, os modos pelos quais os agricultores podem ser presos e as multas confiscatórias em que podem incorrer, o rastreio de seus animais por satélite, as facilidades que se outorgam aos funcionários para entrarem nas propriedades dos agricultores sem qualquer requisito legal, o despojo de seus direitos de propriedade, a imposição dos critérios internacionais “industriais” (que são o lado voraz, sujo empresarial e anticamponês) aos estabelecimentos

agropecuários independentes – a única parte de nosso sistema alimentar que ainda funciona – e, por último, a eliminação planejada dos agricultores através destes elementos”. Para Linn Cohen Cole, “as corporações querem a terra, querem mais industrialização intensiva, querem acabar com os animais normais para substituí-los por exemplares desenhados geneticamente e que serão propriedade das empresas, querem acabar com as sementes nativas normais e, como tal, com o cuidar e guardar as sementes que fazem os agricultores e as pessoas. Querem o controle de todas as sementes, animais, plantas e terra”.

Para Simon C. Hart, é quase impossível que tal lei tão disparatada seja aprovada (está nas fases iniciais de revisão), mas “historicamente está alinhada com a legislação agrícola federal. Políticas semelhantes ‘tão absurdas’ são responsáveis pelo desaparecimento das unidades familiares de produção em muitas de nossas comunidades.”

O projeto de lei HR 875 é um calhamaço, mas vale a pena revisá-lo para encontrar um espelho das várias leis de sementes, ou de leis relativas a aspectos de agricultura e alimentação que em outros países fazem um eco da avidez de controle que agora paira também sobre os agricultores norte-americanos. ❁



O mito das terras marginais

The Gaia Foundation, Biofuelwatch, African Biodiversity Network, Salva la Selva, Watch Indonesia, Econexus. São chamadas de terras marginais, ociosas, degradadas, subutilizadas, sem uso, não cultivadas, terras cultiváveis abandonadas. Com todos esses termos, promove-se uma “solução” aos impactos dos crescentes cultivos de agrocombustíveis. Em parte para responder às acusações de que os agrocombustíveis competem com a produção de alimentos, alguns planejadores já propõem que esses cultivos sejam plantados em terras chamadas ociosas ou marginais.

Dizem-nos que há milhões de hectares por todo o mundo, especialmente na África, e que não são importantes nem para a diversidade nem para sequestrar carbono, que não contam na produção de alimentos nem em garantir (é o que nos dizem) o sustento de populações. Alguns propõem que plantar os agrocombustíveis em “terras marginais” será muito posi-

tivo, que trará renda às comunidades locais, além de oferecer alternativas aos combustíveis fósseis no mercado.

Inclusive, se disse que deveria haver incentivos ao uso dessas ditas terras marginais como licenças para emitir mais CO₂. Há a suposição ampliada de que os países em desenvolvimento têm vastas superfícies de terras sem uso que esperam que alguém lhes dê uma boa utilização.

Mas, se olharmos essas “terras marginais” mais detalhadamente, vê-se que tais terras definidas como “marginais”, “sem uso”, “ociosas”, são vitais para o sustento de famílias camponesas, de pastores, de mulheres ou de povos indígenas. O que os governos ou as corporações consideram terras “marginais” são, de fato, terras que têm estado sob regime comunal ou que têm usos tradicionais durante muitas gerações. Que não são priva-

das nem têm uma produção agrícola intensiva.

A vida dos povos que as utilizam foi ignorada. As comunidades que se relacionam com essas terras ricas em biodiversidade, que se alimentam delas, que delas tiram proveito, às quais servem para pastoreio ou para coletar medicamentos tradicionais, não entendem que o valor de sua existência seja ignorado. ✨



Dados sobre o desaparecimento das línguas

“De acordo com o *Atlas UNESCO das línguas do mundo em perigo de desaparecimento*”, diz uma nota da Agência de Notícias do Equador e UNESCO, “mais de 200 dos 6000 idiomas existentes desapareceram no curso das três últimas gerações, 538 estão em situação crítica, 502 estão seriamente em perigo, 632 têm risco de perder-se e 607 encontram-se em situação vulnerável”.

O Atlas aponta que “199 idiomas contam com menos de 10 falantes, e outros 178 têm um número de falantes que vai dos 10 aos 50. Entre as línguas mortas recentemente, o Atlas cita o manés da Ilha de Man, que se extinguiu em 1974 com a morte de Ned Maddrell; o aasax da Tanzânia, extinto em 1976; o ubyh da Turquia, que se extinguiu em 1992 com a morte de Tefvic Esenc, e o eyak do Alaska, que desapareceu em 2008 com a morte de Marie Smith Jones”.

O Atlas se detém em considerar qual é o futuro de algumas línguas. “Na África Subsaariana, cuja população se entende em mais de 2 mil idiomas (quase um terço de todos os idiomas do mundo), é bem provável que uns 10

por cento dessas línguas desapareçam nos próximos cem anos. Índia, Estados Unidos, Brasil, Indonésia e México, países com grande diversidade linguística, são ao mesmo tempo os que têm mais línguas em perigo”.

Entretanto, o alarme não é sistemático e obedece a condições complexas que teriam que ser determinadas caso a caso. “Papua Nova Guiné, o país com a maior diversidade linguística do mundo (mais de 800 línguas), é também um dos que proporcionalmente têm menos em perigo (só 88 de suas línguas). Há línguas que o Atlas assinala como extintas, e que são objeto de uma revitalização ativa. É o caso do córnico (Cornualha) e do sîshëë da Nova Caledônia, que poderiam transformar-se novamente em línguas vivas”.

Para o diretor geral da UNESCO, Koichiro Marsuura, “O desaparecimento de uma língua leva ao desaparecimento de várias formas de patrimônio cultural imaterial e, em particular, do legado inavaliável das tradições e expressões orais da comunidade que a fala... a perda dos idiomas indígenas também vai em detrimento da biodiversidade, porque as línguas veiculam numerosos saberes tradicionais sobre a natureza e o universo”. ✨

Não ao milho transgênico!

Ao povo do México
Aos povos do mundo
Ao governo do México

Ao Convênio de Diversidade Biológica / Protocolo Internacional
de Cartagena sobre Biossegurança
À Organização de Agricultura e Alimentação das Nações Unidas / FAO

As organizações e comunidades indígenas e camponesas, ambientalistas, de educação popular, organizações de base, comunidades eclesiais, grupos de produtores, integrantes de movimentos urbanos, acadêmicos e cientistas, analistas políticos da Rede em Defesa do Milho, rechaçamos energicamente o plantio de milho transgênico no México. É um crime histórico contra os povos do milho, contra a biodiversidade e contra a soberania alimentar, contra dez mil anos de agricultura camponesa e indígena que legaram essa semente para o bem de todos os povos do mundo. Declaramos que o decreto presidencial de 6 de março de 2009, que permite o plantio de milho transgênico, intencionalmente não considera que:

28

○ México é centro de origem e diversidade do milho. Existem mais de 59 raças reconhecidas e milhares de variedades, que certamente serão contaminadas.

Os povos indígenas e camponeses são os que criaram e mantêm esse tesouro genético do milho, um dos principais cultivos dos quais dependem a alimentação humana e animal no planeta.

O milho é alimento básico da população mexicana. Em nenhum lugar foi avaliado seu consumo cotidiano e em grandes quantidades, como ocorre aqui. Existem estudos científicos que, com consumo muito menor, relatam alergias e outros impactos à saúde humana e dos animais alimentados com transgênicos.

As variedades de milho transgênico que se propõe plantar no país não resolvem os problemas da agricultura mexicana: são mais caras, pois o custo das sementes e a licença são mais elevados do que nos cultivos convencionais; não aumentam os rendimentos (são iguais ou inclusive os reduzem, a menos que exista uma incidência muito forte de pragas que não são frequentes no México); utilizam mais agrotóxicos, pois produzem a toxina Bt constantemente, gerando resistência e pragas secundárias que devem ser controladas com outros agrotóxicos.

Provocarão danos à diversidade biológica e ao ambiente: sendo o México um país megadiverso, nenhum estudo realizado em outras condições é aplicável, pois as variedades e interconexões aumentam exponencialmente.

Por ser um cultivo de polinização aberta, é impossível

evitar a contaminação transgênica do milho quando se planta em campo aberto. A contaminação ocorre também nos armazéns, transportes, indústrias.

Os transgênicos não servem para a agricultura camponesa nem para a orgânica, mas irremediavelmente contaminarão as variedades nativas e crioulas de milho, além de serem uma ameaça para a produção orgânica, que perderá seu nicho de mercado.

Todas as sementes transgênicas estão patenteadas e são controladas por seis multinacionais (Monsanto, Syngenta, DuPont, Dow, Bayer, Basf), provocando portanto uma dependência absoluta dos camponeses e agricultores a essas multinacionais e criminalizando as vítimas de contaminação.

Os povos originários do México criaram o milho e têm sido os guardiões e criadores da diversidade de variedades atualmente existente. Da integridade de seus direitos dependerá a soberania alimentar e a preservação dessa diversidade. Por isso, a contaminação transgênica é uma ferida à identidade dos povos mesoamericanos e atenta contra dez mil anos de agricultura. O plantio de milho transgênico é um ataque frontal aos povos originários e camponeses e uma violação a seus direitos.

O milho, para os povos que constituímos o México, não é uma mercadoria, mas sim a origem de uma civilização e base do sustento das vidas e economias camponesas.

Não permitiremos que se percam nossas semen-



tes, nem que se contaminem por transgenes de propriedade de empresas transnacionais. Não acataremos as leis injustas que criminalizam as sementes e a vida camponesa. Seguiremos cuidando do milho e da vida dos povos.

Responsabilizamos por perdas e danos ao milho mexicano as corporações produtoras de sementes transgênicas; o poder legislativo, que aprovou uma Lei de Biossegurança e Organismos Geneticamente Modificados (Lei Monsanto) a favor das empresas; o governo do México, os secretários de Agricultura, Meio Ambiente e a Cibiogem, que são responsáveis pelas medidas finais para eliminar toda proteção legal ao milho. Por todas essas razões:

Rechaçamos o plantio experimental ou comercial de milho transgênico e exigimos sua proibição no México.

Rechaçamos a “Lei Monsanto”, sua regulamentação e qualquer outra forma de criminalização das sementes camponesas.

Rechaçamos o monitoramento governamental das roças camponesas, porque é usado como pretexto para eliminar ainda mais sementes camponesas.

Nos comprometemos e chamamos todas as comunidades e povos indígenas e camponeses a defender as sementes nativas e a continuar plantando, guardando, trocando e distribuindo suas sementes próprias, assim como a exercer o direito sobre seus territórios e impedir o plantio de milho transgênico.

Chamamos a população a exigir que todos os alimentos que comemos diariamente garantam estar livres de transgênicos.

Chamamos os organismos internacionais a condenar o governo do México por essa violação aos direitos ancestrais dos camponeses, à biodiversidade, à soberania alimentar e ao princípio de precaução em centros de origem de um cultivo básico para a alimentação e economia mundial. ✨

Rede em Defesa do Milho

Mais informações: <http://www.endefensadelmaiz.org>



Rechaço ao Tratado de Livre Comércio com a UE

Depois da saída da Nicarágua da mesa de negociação, a roda de negociações entre a União Européia (UE) e a América Central foi suspensa. Com essa saída, as políticas agressivas da UE, por enquanto, foram bloqueadas.

A Coordenadora Européia Via Campesina felicita as organizações da Via Campesina na América Central e as outras organizações dos setores sociais por sua grande oposição a essas negociações e sua bem-sucedida resistência.

O denominado Acordo de Associação não é mais do que um Tratado de Livre Comércio que tem como objetivos principais a liberalização a favor de grandes empresas multinacionais e a privatização dos recursos naturais e dos serviços públicos (saúde, moradia, educação, água e telefonia, entre outros).

Com o Acordo de Associação, a UE tenta continuar com sua agenda neoliberal, descrita na estratégia “Europa Global”, já fracassada e que não pôde ser realizada dentro da OMC. Por mais

que esse acordo inclua algumas cláusulas de direitos humanos ou de meio ambiente, fica claro que o que pretendem através dele é que as empresas transnacionais se apoderem dos serviços públicos, recursos naturais, sistema financeiro, biodiversidade e recursos genéticos que são abundantes na região da América Central. Respaldamos a decisão do governo nicaraguense de abandonar a mesa e chamamos os governos da América Central a levar em conta as necessidades de seus povos e não defender os interesses das multinacionais.

No âmbito da agricultura, é óbvio que os interesses da agroindústria pretendem impor um modelo depreendedor, agroexportador e altamente dependente da tecnologia e do capital financeiro europeu. Esse tratado põe em perigo a região da América Central, porque através das patentes a região perderá suas sementes crioulas, os saberes ancestrais, a soberania dos povos e a produção de alimentos saudáveis.

Além disso, rouba das comunidades camponesas a possibilidade de exercerem sua função principal de provi-

ção de alimentos em nível local. Na realidade, o que está em jogo nos TLC com a Europa são modelos totalmente diferentes, ou seja, a UE impulsiona o modelo agroindustrial e os camponeses/as e indígenas da América Central e da Europa optamos pelo modelo da Soberania Alimentar.

A Coordenadora Européia Via Campesina e a Via Campesina da América Central, com outros setores sociais da região, rechaçamos qualquer pretensão de reativar as negociações nas condições em que vinham sendo negociadas, em absoluta desigualdade, atentando contra a soberania e a integração dos povos da América Central. ✨

O comércio desigual
é um ato criminoso!
Globalizemos a luta,
Globalizemos a esperança

Coordenadora Européia
Via Campesina e
Via Campesina da América Central,
8 de abril 2009

www.viacampesina.org
www.eurovia.org

Equador

O mal-estar em decorrência da mineração

Durante todo o período do governo de Rafael Correa esteve em discussão a lei sobre mineração que outorga amplos poderes às empresas para explorar vários tipos de minerais em todo o país.

Em um comunicado de 12 de janeiro deste ano, a Confederação de Nacionalidades Indígenas do Equador (Conaie) criticava que o próprio Executivo, que se intitula progressista, promoveu uma lei de mineração de caráter neoliberal que “gerará graves consequências sociais, ambientais e econômicas para o país”. A Conaie afirmava: “Viemos insistindo, por todos os meios, que é imperativo um debate nacional sério, responsável e rigoroso sobre a mineração no país e convocamos o presidente e os diversos ministros para que falem ao país com a verdade: a mineração em grande escala a céu aberto, que é a que se pretende impor ao país com a atual lei de mineração, é uma prática lesiva em todos os países onde foi praticada”.

Para a Conaie, como para muitas organizações da sociedade civil, com a lei de mineração “foram desconsiderados direitos fundamentais como o da consulta, e não há garantias suficientes para a proteção do entorno natural e da água”. Em seu comunicado, a Conaie enfatizava que “é de conhecimento mundial que essa atividade gera graves impactos de ordem ambiental se não for feita com o máximo rigor”, e acrescentava que há imagens e testemunhos “sobre a violência contra as comunidades que resistem à lei de mineração: dezenas de homens e mulheres asfixiados pelos gases lacrimogêneos, inclusive crianças e pessoas da terceira idade, um líder que desapareceu e que estava em perfeitas condições de saúde e que agora apareceu gravemente ferido, sua vida está em perigo... Dezenas de comunidades estão submetidas a uma situação de terror ao saber que suas terras estão



concedidas a empresas transnacionais e que muitas delas terão que abandonar seus lares ou coabitar com uma indústria que os matará progressivamente pela contaminação e destruição de seu habitat”.

Em sua avaliação, a Conaie insistia: “Não há mineração segura em nível mundial. Nas minas de maior controle e onde se usou alta tecnologia, ocorreram acidentes graves que contaminaram irreversivelmente bacias de água e intoxicaram centenas de pessoas... O país ainda não conta com a tecnologia e nem com as instâncias de controle que reduzem essas tragédias a uma expressão mínima. A experiência da Amazônia do Norte deve nos servir de escola: a contaminação originada pela exploração petrolífera é gigante, irreversível, e centenas de equatorianos e equatorianas foram vítimas do que se considera uma hecatombe ambiental. Perguntamo-nos se isso é entendido no governo atual ou se simplesmente ele não quer entendê-lo e acha que o direito à vida, a um meio ambiente sadio, a viver em paz, à segurança e à saúde é para uns poucos equatorianos, e que a morte de outros é o preço a pagar pelo que erroneamente se tem chamado de progresso”. Por último, a Conaie alertava: “Está-se criminalizando o protesto social, se está estigmatizando irresponsavelmente pessoas e organizações e se está satanizando posições que desde o início pediram diálogo, debate, transparência, responsabilidade”.

Apesar de tudo, a lei de mineração foi aprovada. No dia 31 de março passado, Gloria Chicaiza dizia em

um comunicado da Acción Ecológica, “representantes dos Sistemas Comunitários de Água das paróquias de Tarqui e Victoria del Portete, e várias comunidades da província de Azuay, ingressaram ante a Corte Constitucional com uma ação de inconstitucionalidade pela aprovação, em janeiro, da Lei de Mineração. Essa ação soma-se à ação de inconstitucionalidade que a Conaie ingressou no dia 17 de março passado”. Para os usuários dos sistemas de água de Azuay, a citada lei de mineração viola vários direitos estabelecidos na nova Constituição: “O direito de consulta, os da natureza, o direito humano à água e a precedência em seu uso, o direito de viver em um meio ambiente sadio e ecologicamente equilibrado, o direito ao bem viver, o direito que garante a alimentação. Também são violados Convênios Internacionais como o 169 da OIT, a Declaração das Nações Unidas dos Direitos dos Povos Indígenas, entre outros”.

“Esta nova ação”, afirma Acción Ecológica em seu comunicado, “evidencia o processo sustentado e crescente de oposição que as comunidades afetadas por projetos de mineração de grande escala mantêm contra a recente lei de mineração aprovada, sobre a qual já ocorre uma chuva de ações legais. O compromisso expresso pelo presidente da Corte Constitucional de atuar com justiça coloca o olhar nacional e internacional sobre o cumprimento de sua palavra, baseado nos princípios avançados que regem a nova Constituição e que lhe deram enorme reconhecimento fora do país”. ✿

Argentina

Febre de mineração em território mapuche

Marcelo Maggio y Nicolás Gildenegers, Biodiversidadla.

O governo de Neuquén concedeu permissão de exploração em território mapuche a uma empresa de mineração de acionistas chineses e californianos. A futura mina de cobre se localizará 12 quilômetros ao sul de Loncopué, às margens do rio Agrio e ao pé do morro Tres Puntas, em território da comunidade Mellao Morales. A Assembléia de Vizinhos Autoconvocados de Campana Mahuida resiste a esse projeto e diz “Não à Mina”.

Loncopué está localizada na zona da cordilheira, distante 376 quilômetros da capital de Neuquén. Com pouca vegetação e espécies em risco de extinção, é atravessada pelo rio Agrio, curso que nasce no vulcão Copahue. Uma geografia provincial cujos nomes remetem de modo permanente à cultura mapuche, cujas comunidades os governos locais se empenham em avassalar de modo sistemático.

Emprendimientos Mineros SA é uma empresa constituída principalmente com capitais chineses, presidida por Jihuan Wo. A outra acionista é A Grade Trading, companhia com sede em Los Angeles, Califórnia. Na Argentina, esses capitais já se encontram explorando a mina de ferro de Sierra Grande (rio Negro).

A Mina está localizada em Campana Mahuida, uma comunidade que está 15 quilômetros ao sul da localidade de Loncopué. Ali vivem crioulos e mapuches. Em 2007, a empresa CorMiNe (Corporación Minera de Neuquém, uma sociedade do estado provincial) firmou contrato de exploração com opção de compra pela Emprendimientos Mineros SA. A companhia chinesa comprou os direitos em abril de 2007 e, a partir daí, começou a projetar sua mina de cobre. Nem o governo e nem a empresa consultaram os moradores e produtores da zona, que estão ameaçados por outras nove minas na comarca (projetos que envolvem a propriedade de ex-legisladores e da família Sapag).

A população de Loncopué sabe que o método de extração será o que já se tornou tristemente célebre na Argentina pelas empresas de mineração Barrick Gold (Veladero, San Juan) e Xstrata (La Alumbrera, Catamarca): explosão de montanhas com dinamite e lixiviação da rocha com ácido sulfúrico, o método da “mineração a céu aberto”.

Serão dinamitadas diariamente 28 mil toneladas do morro Tres Puntas. As explosões geram levantamento de poeira contaminante na atmosfera, o que afeta a saúde dos habitantes, os animais e a vegetação de vastas zonas, dependendo do vento. Como são usados caminhões de grande altura e tamanho, destro-

em os caminhos e contribuem para espalhar a poeira que permanecia oculta nas montanhas. O ácido sulfúrico que é pulverizado sobre a rocha se infiltra nas camadas de água superficiais e nas subterrâneas. Como a Emprendimientos Mineros SA estima que não poderá adquirir suficiente ácido sulfúrico em Neuquém, construirá uma fábrica no território da comunidade mapuche Mellao Morales. As nuvens tóxicas que essas fábricas geram precipitam como chuva ácida e não somente afetarão a zona, mas também, pelas características da Patagônia, essas nuvens podem percorrer até mil quilômetros, afirmam os vizinhos da assembléia de Campana Mahuida.

Há dois insumos fundamentais para a mineração a céu aberto: água e eletricidade. De acordo com a averiguação da assembléia, como a eletricidade da zona não é suficiente, nem é possível construir uma rede de alta tensão pelos campos (pois há forte oposição da população), a empresa avalia produzir eletricidade através de um gerador diesel, mediante a constante queima de combustível fóssil. O mais grave de tudo é que a água necessária para pulverizar as pilhas de rocha triturada virá das fontes de água da zona, o rio Agrio, que também será o lugar onde será despejada parte dos resíduos. E o problema então passará a ser de grande parte da província, de Zapala e Cutral-Có até a capital Neuquén, aonde chegará o ácido sulfúrico e o óleo que derramarem no rio Agrio. Toda a bacia será afetada porque o Agrio é um dos afluentes do rio Neuquén.

Cristian Hendrickse participa da Assembléia de Vizinhos Autoconvocados de Campana Mahuida e colabora como assessor legal.

Ele explica: “o governo apóia esse empreendimento e apóia a mineração em geral. Para eles, Neuquén tem uma matriz econômica de quatro pontos: o petróleo, a energia, a mineração e o reflorestamento. Este projeto não foi consultado com ninguém, nem sequer com a comunidade mapuche Mellao Morales, que vive sobre um território que agora é a crosta que envolve os minerais que querem levar. A atitude do governo têm sido a de ignorar a comunidade mapuche, desconhecê-la. Os únicos com quem falam são os empresários da mineração. Isso é um flagrante descumprimento do Convênio 169 da OIT (que estabelece os direitos dos povos originários) e que na

Argentina tem caráter constitucional, pelo que está acima do Código de Mineração. As empresas prometem fontes de trabalho, e há neces-



sidade. Mas na realidade são postos que requerem outro tipo de capacitação, que as pessoas daqui não têm. A população local tem experiência no trabalho agrícola e com gado, não na mineração. Então, vão trazer pessoas de outros lugares, eles mesmos têm dito isso. A consequência será a perda de postos de trabalho relacionados com a economia local, principalmente com o turismo e a agricultura orgânica. Também será gerado um aumento no custo de vida, porque vai haver um movimento de dinheiro de uma classe gerencial, sobretudo relacionado a moradia, já que este é um lugar com um déficit de moradias muito im-

portante. Nos autoconvocamos como vizinhos resistindo a esse projeto. Foi realizado um plebiscito na Comunidade Mapuche Mellao Morales, e 99% votaram pelo NÃO ao empreendimento de mineração. Então, aqui estamos em uma queda de braço, se o governo vai dar ouvidos ao que querem as pessoas ou se vai dar ouvidos à carteira das grandes companhias. ✨

Ver nota completa em: http://www.biodiversidadla.org/Principal/Agencia_de_Noticias_Biodiversidadla/Argentina_fiebre_minera_en_territorio_mapuche



Paraguai

Efeitos da concentração da produção de sementes

La Nación, 17 de fevereiro. O Serviço Nacional de Qualidade e Sanidade Vegetal e de Sementes (Senave) emitiu um comunicado no qual informa à opinião pública sobre a falta de sementes no país.

Por essa razão, aguarda-se que se permita a utilização de grãos como sementes, como uma medida paliativa, de acordo com o que referiu o próprio presidente da instituição, Luis Llano Imas, depois de reunir-se com as autoridades superiores do Ministério da Agricultura e Pecuária (MAG).

Essa permissão foi proposta pelo ministro de Agricultura e Pecuária,

Cándido Vera Bejarano, há uns dias atrás, logo depois do problema registrado com as sementes entregues pela Entidad Binacional Yacyretá, que não tinham o valor germinativo requerido.

De acordo com Llano Imas, essa permissão será adotada porque no mercado interno já não há sementes para abastecer a demanda interna, razão para adotar essa medida, durante o tempo que for necessário para que as empresas sementeiras tenham capacidade de suprir a demanda.

A causa da falta de sementes, de acordo com o titular do Senave, deve-se à seca que também colaborou para prejudicar o desenvolvimento da produção de sementes, por isso a situação é crítica, já que não se dispõe

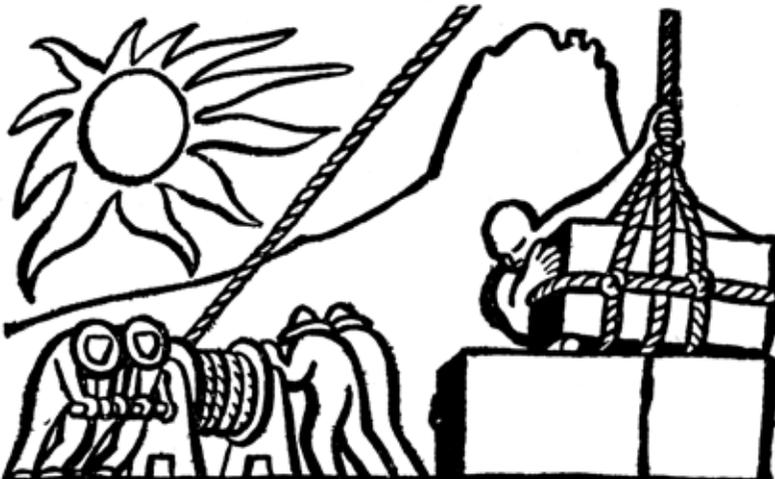
de sementes e, onde elas existem, são muito escassas.

“Esta medida já a havíamos adiantado, através da Resolução 55, que baixava os limites para determinar a porcentagem de germinação das sementes”, destacou o funcionário, o qual desde há alguns dias vem coordenando com o Ministério da Agricultura e os produtores a maneira de suprir essa falta de material germinativo no país.

“Mas agora vamos informar a todos sobre o caso, que não há semente alguma no mercado e que se pode dar lugar à consideração dos grãos como sementes”, referiu Llano Imas.

O titular do MAG havia adiantado há poucos dias que a entidade que ele encabeça repassará os fundos destinados ao setor de sementes à OEI (Organização dos Estados Iberoamericanos para a Educação, Ciência e Cultura), para que se encarregue de comercializar as sementes. Alegou que o MAG não quer se envolver na parte comercial das sementes. A instituição receberá um milhão de dólares para a aquisição dos grãos que serão considerados como sementes, de acordo com o titular do MAG. ✨

<http://www.lanacion.com.py/noticias-230493-2009-02-17.htm>



A água aprisionada

Desta vez apresentamos uma panorâmica dos impactos das represas, sejam de irrigação, hidroelétricas ou de armazenamento de água, sobre as regiões, as economias, a ecologia e a vida dos milhões de desalojados que sofreram na própria carne decisões de “desenvolvimento” tomadas em outro lugar e outros tempos por pessoas alheias às quais não importa senão “o bem comum maior” – definido muito ambígua e tendenciosamente. Os fragmentos de comunicados, estudos, reportagens, informes e reflexões provêm, como sempre, de muitas partes. Não esgotam um tema candente que podría llenar las páginas de varios números de Biodiversidad. Esta é só uma primeira revisão, que oxalá os incite a mais buscas, um dos objetivos desta seção.

33

As represas alteram o funcionamento natural dos rios. Povoados debaixo da água, territórios expropriados, meios de subsistência de comunidades ribeirinhas desaparecidos, pessoas desalojadas, acordos descumpridos com os afetados, danos ao meio ambiente...

Apesar de que os benefícios imediatos costumavam considerar-se suficientes para justificar os enormes investimentos, o custo total das grandes represas é hoje uma preocupação pública grave.

A justificativa econômica não se tornou realidade nos sistemas de irrigação, abastecimento de água e higiene pública. Tampouco no controle de inundações nem na produção de eletricidade. Os impactos ambientais são mais negativos do que positivos e implicam em perdas irreparáveis de espécies e ecossistemas. O desalojamento físico das pessoas afetadas, com demasiada frequência involuntário, implica coerção e força e, em alguns casos, a perda de vidas...

Desde que a Comissão Mundial de Represas questionou a eficiência dessas obras, na Europa aprovou-se uma diretiva-marco com a finalidade de recuperar o bom estado dos rios, e uma mudança no conceito de gestão do recurso... baseada no respeito aos rios pelo que são e às pessoas que habitam os seus vales por sua cultura e sua identidade, apostando pelas energias alternativas mais respeitadas com o meio ambiente... [então] várias empresas espanholas foram para outros lugares onde lhes é permitido continuar tirando proveitosas vantagens

econômicas por abusarem dos recursos naturais, sem levarem em consideração os desequilíbrios ambientais e sociais que a comunidade científica em nível mundial denuncia como consequência das mais de 45 mil represas construídas. Essas empresas são apoiadas por uma recente iniciativa do governo espanhol, que criou um Foro Empresarial para defender interesses na América Latina. Participam altos cargos do governo espanhol e alguns dos mais altos executivos de 12 empresas: Telefônica, bancos Santander e BBVA, Repsol, Endesa, Iberdrola, Unión Fenosa, Gas Natural, Agbar, PRISA, Sol Meliá, ACS. *Informe da Coordinadora de Afetados por Grandes Represas e Transposições, junho de 2005*

Grande calote é a represa El Cajón, no México. Há alguns anos circulou a história: “E agora como diremos ao presidente Fox que estamos equivocados”, comentou o secretário de Energia, Ernesto Martens, a Manuel Frías Alcaraz, ex-funcionário da Comissão Federal de Eletricidade (CFE), que o havia convencido de que o projeto hidrelétrico El Cajón – a obra de infraestrutura mais sonhada do governo de Vicente Fox – tinha “sérias falhas de conceito e de planejamento”.

Frías Alcaraz refere que se reuniu em particular com Martens e o subsecretário de Eletricidade da Secretaria de Energia (Sener), Nicéforo Guerrero, no início de outubro de 2001, para lhes dizer que a hidrelétrica não ia dar certo porque seu principal problema seria a falta de água para manter uma



operação normal. Advertiu-lhes: “Vão ter que esperar que infelizmente já não produza quando a concluírem”.

Em fevereiro deste ano, a Engenheiros Civis Associados (ICA) e seus sócios ganharam uma licitação para construir a hidrelétrica El Cajón em Nayarit. O Congresso autorizou 812 milhões de dólares. Surpreso, Frías Alcaraz expressa: “Pensei que iam refletir. É um projeto com problemas de funcionamento contínuo e confiável, e de baixa rentabilidade. É um erro ter selecionado essa obra”.

Frías Alcaraz relata que Martens manifestou sua incredulidade: “Me dizia: ‘como é possível que, com uma obra desta magnitude, com tanta experiência que se tem na engenharia mexicana e na CFE para estes projetos, estejamos equivocados? São projetos que se estudam por muitos anos!’”.

Várias vezes, explicou a Martens e a Nicéforo Guerrero que os defeitos da obra não estavam propriamente na engenharia da hidrelétrica, mas sim no local escolhido, já que não contava com água suficiente. Pediu-lhes então que expusessem a situação nesses termos ao presidente Fox, “porque não é justo que o povo do México tenha que pagar pelos erros de vocês. Definem corretamente a linha de responsabilidade. Não é justo que toda uma instituição e todo um governo paguem pelas consequências”.

Frías Alcaraz atribui o silêncio de Martens e Nicéforo Guerrero ao fato de que a obra já estava aprovada pelo Congresso, e os recursos no orçamento da Secretaria da Fazenda, além do que contava com a aprovação de especialistas do México e do estrangeiro. *Fernando Ortega, “El Cajón. Una presa que no tendrá agua”*. Contralínea, 11 de junho de 2003.

A Bolívia ratificou sua “preocupação” pelo impacto ambiental “que terão as represas Santo Antonio e Jirau, sobre o rio Madeira, a uns 100 quilômetros dos limites com a Bolívia”, disse o vice-ministro do Meio Ambiente boliviano, Juan Pablo Ramos.

As constatações figuram em estudos realizados pelas autoridades da Bolívia, entregues ao chanceler brasileiro, Celso Amorim, por seu homólogo boliviano, David Choquehuanca, durante a reunião que mantiveram na véspera em Brasília, explicou Ramos.

Uma das maiores preocupações é que os espelhos de água criados pelas represas podem favorecer a proliferação de doenças tropicais como a dengue ou a malária, em uma zona amazônica de riscos potenciais, apontou.

Ramos desmentiu versões sobre a assinatura de um acordo mediante o qual a Bolívia cessaria suas reclamações e afirmou que, pelo contrário, o Brasil reconheceu, “pela primeira vez”, que o assunto deve ser discutido e negociado...

De acordo com o projeto em desenvolvimento, ambas as represas provocarão a inundação de uma área de uns 500 quilômetros quadrados, e as obras terão um custo superior a 12 bilhões de dólares.

Os canteiros de obras foram visitados na véspera pelo chefe do Estado brasileiro, Luiz Inácio Lula da Silva, o qual garantiu que o governo criou grupos para vigiar as condições de trabalho e o possível impacto ambiental das construções.

Em dezembro passado, as autoridades ambientais brasileiras multaram em 3,35 milhões de dólares o consórcio encarregado de Santo Antonio, pela morte de onze toneladas de peixes durante a primeira fase das obras, na qual foram contidas as águas do rio para assentar as fundações da represa. *Agencia Efe, La razón, 13 de março de 2009*

Na véspera do Dia Internacional de Ação Contra as Represas, os participantes da Segunda Assembleia do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) dirigiram-se ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), numa manifestação pacífica, animada por cantos em defesa dos direitos dos povos afetados e faixas com mensagens como: “Represas para que e para quem?” ou “Água e energia não são mercadoria”.

Mulheres e homens de todas as idades percorreram 5 quilômetros até o INCRA e entraram em suas instalações. Acompanhou a manifestação dos ribeirinhos um grupo representante da Bolívia, país que também seria afetado pela construção das represas no rio Madeira. Parecia que os funcionários do INCRA tinham “toda” a predisposição de ter

uma reunião pacífica com os manifestantes, mas, repentinamente, entraram no recinto doze policiais federais fortemente armados com metralhadoras e gases lacrimogêneos e detiveram seis bolivianos que se encontravam no café do INCRA. Levaram-nos escoltados à Polícia Federal e depois os deportaram. Apesar do atropelo, os manifestantes concluíram a reunião de forma pacífica.

Isso mostra a relação direta que tem a luta sem fronteiras pelos direitos humanos e a repressão sem fronteiras. Os interesses que são defendidos pelo capital são os mesmos em todo lugar e, inclusive, têm as mesmas expressões repressivas e ofensivas. *Red Latinoamericana contra Represas y por los Ríos, Las Comunidades y el Agua Redlar (março de 2009)*

A luta contra a represa Sardar Sarovar na Índia veio a representar muito mais que a luta por um rio. Essa tem sido sua força, mas também sua debilidade. Ao gerar debate, aumentou o que estava em jogo, e a constituição da batalha mudou. De uma luta onde estava em jogo o destino de um vale ribeirinho, passou a questionar o sistema político completo. Colocou-se em jogo a própria natureza de nossa democracia. Quem possui a terra. De quem são os rios, as florestas, os peixes. São perguntas imensas. E o Estado as leva muito a sério. E as responde com uma só voz através de cada uma das instituições que lhe obedecem: o exército, a polícia, a burocracia, os tribunais. E não só as responde, as responde sem ambiguidade, de formas amargas e brutais.

Para os habitantes do vale, o fato de aumentar a este grau o que está em jogo significa que sua arma mais efetiva – os dados específicos sobre aspectos específicos neste vale específico – ficou no ar por culpa do debate sobre os grandes aspectos.

A premissa básica do argumento quebrou-se em fragmentos que se esfumaçaram com o tempo. De vez em quando, alguma peça do quebra-cabeça flutua por aí – um relato emocionado do horrível tra-

tamento que o governo concedeu aos desalojados; uma repreensão do alto pelo fato de que “um punhado de ativistas” tenha a nação como refém; um repórter informa do progresso das ações que agora chegam à Suprema Corte...

Os especialistas e os consultores escondem alguns desses aspectos – o desalojamento, a reabilitação, a hidrologia, a drenagem, o provisionamento de água, o tratamento das águas, a paixão, o político – e os levam aos seus covis para resguardá-los da curiosidade não autorizada das pessoas comuns. Os antropólogos sociais conduzem ásperos debates com os economistas pela jurisdição das pesquisas. Os engenheiros recusam-se a falar de política quando apresentam suas propostas. Mas desconectar a política da economia, da emoção e da tragédia humana do desarraigamento é como romper um conjunto musical. As partes já não soam da mesma forma. Fica o ruído, mas não se entende... *Arundhati Roy, El álgebra de la justicia infinita, 2001.*

Vamos pedir que abandonem suas casas depois que terminarmos a cortina da represa. Se saírem, tudo estará bem. De outro modo, soltaremos as águas e todos se afogarão. *Morarji Desai, falando em uma reunião para as pessoas da zona de inundação da represa Pong, em 1961. Ver: Patrick MacCully, Silenced Rivers: The Ecology and Politics of Large Dams, Orient Longman, 1998.*

A represa eliminou, paulatinamente, a economia e os modos de vida dos afetados: “pescadores comerciais e de subsistência, fabricantes artesanais de tijolos e telhas, coletores de juncos para cobrir os galpões, lavadeiras, donos de pequenos estaleiros, agricultores, tanto da margem paraguaia como da argentina, nas províncias de Misiones e Corrientes”. Debaixo dos 100 mil hectares inundados ficaram histórias, culturas e um impacto ambiental ainda não imaginado.

A isso se soma que o rio Paraná, nesse trecho, está contaminado por três fábricas de celulose de capitais chilenos. “Os paraguaios reclamam pelo mau uso que se dá ao rio, por não haver estudos de impacto dessas fábricas. No Paraguai, a população inteira que foi trasladada a esses guetos não tem trabalho ou não tem do que viver. Para onde se foram? Ao depósito de lixo, competir com os porcos, os cães e as ratazanas. Conto isso, e me faz chorar, porque recordo o que vi em San Cosme, em Encarnación, em tantos outros lugares”, acrescenta Coco. *Testimonios de los afectados por la represa Yaciretá en el río Paraná.* <http://picasaweb.google.es/afectadosyacyreta>



Foto: Leonardo Melgarejo

Históricos habitantes do vale do rio Ibáñez e da bacia do Baker, no Chile, junto com vizinhos de Coyhaique, Puerto Aysén, Bahía Murta e Cochran, entre outras localidades, enfatizaram a necessidade de recuperar a propriedade de águas para a subsistência atual e futura das comunidades de Aysén, questionando que hoje os recursos hídricos da Patagônia encontram-se majoritariamente nas mãos de empresas de eletricidade chilenas e estrangeiras. Suas palavras eram apoiadas por dezenas de lenços e cartazes com a frase “Devolvam as Águas”.

Francisco, filho do morador de Villa Cerro Castillo, Juan Antrillao Hueitra (acompanhado por seu pai), falou: “muitas vezes as pessoas da HidroAysén e aqueles que dizem estar a favor desse projeto dizem que não somos representativos. Nós nos criamos com as águas do rio Ibáñez, vivemos, cultivamos a terra, e nossos pais deixaram sua vida e sua juventude nestas montanhas”. Acrescentou que “nós somos os mais indicados para dizer: alto, senhores da HidroAysén, não queremos ser atropelados mais uma vez, porque isso parece uma segunda colonização”. *Testimonios de los afectados por la transnacional Endesa. www.mapuexpress.net, 15 de março de 2009*

A Corte Constitucional do Equador ordenou ao Ministério do Ambiente revisar a autorização ambiental do Projeto Multipropósito de Baba (PMB) e reformular os termos da Licença Ambiental. Ordenou à Controladoria Geral auditar os procedimentos de realização e aprovação dos estudos e avaliações de impacto ambiental. De acordo com sua decisão de 15 de dezembro, existem sim riscos de causar impactos severos e irreversíveis na biodiversidade equatoriana, mesmo que não tenham sido avaliados adequadamente, como inclusive haviam concluído especialistas do Banco Interamericano de Desenvolvimento.

Essa resolução do mais alto tribunal equatoriano é consequência da ação de amparo promovida pela Ecolex em maio de 2007, rechaçada na primeira instância. A apelação ao Tribunal (agora Corte) Constitucional, insistiu em que se afetavam os direitos humanos ao ambiente sadio, à água, à propriedade, ao trabalho, à alimentação e de consulta, entre outros. A AIDA e as organizações internacionais International Rivers e FIAN International apoiaram a apelação denunciando as violações aos padrões internacionais ambientais

e de direitos humanos, vinculantes para o Estado equatoriano. Especialistas da Elaw dos Estados Unidos haviam informado a respeito das graves falhas do estudo de impacto ambiental.

“Essa decisão é uma vitória imensa para as comunidades afetadas e para o país, pois reitera que a proteção ambiental é também de interesse nacional” disse Silvana Rivadeneira, da Ecolex e advogada do caso.

O PMB implicaria na inundação de mais de mil hectares de importantes ecossistemas da província de Los Ríos, afetando as populações ribeirinhas do rio Baba, Quevedo e Vincés. O projeto foi autorizado pelo Ministério do Ambiente em novembro de 2006 e está a cargo da empresa Hidronación SA, a qual assumiu a construção do projeto depois que a empresa brasileira Odebrecht foi expulsa do país pelo governo equatoriano.

“O Projeto de Baba é um exemplo dos que não são energia limpa e, ao contrário, poderia contribuir para piorar as mudanças climáticas. A decisão da Corte confirma sua falta de sustentabilidade”, reforçou Monti Aguirre da International Rivers.

“Devido aos efeitos negativos das grandes hidrelétricas para o ambiente, para as pessoas e para as mudanças climáticas – razão pela qual apoiamos a demanda -, a ordem de ter uma avaliação integral do projeto de Baba é uma excelente notícia. Estaremos acompanhando a revisão e esperamos que esta sirva de precedente para as centenas de projetos hidrelétricos que estão em andamento nas Américas, com falhas muito similares ao de Baba”, disse Astrid Puentes, coordenadora da AIDA. *Comunicado para a imprensa da FIAN Internacional, AIDA, Ecolex, International Rivers, janeiro de 2009. Ver <http://www.fian.org>*



Foto: Carlos Vicente. Riobamba, Equador



Os governos do Equador e do Irã assinaram na quinta-feira um acordo para o financiamento e construção de dois projetos hidrelétricos. Isso cobrirá 60% do custo total das novas centrais.

Os projetos beneficiados pelo convênio são a represa de Quijos-Baeza, com capacidade para gerar 100 megawatts, e a de Río Luis, que poderia produzir 15 megawatts. A construtora iraniana Farab assumiria a construção dessas centrais.

O acordo foi assinado entre o ministro de Eletricidade e Energia Renovável, Alecksey Mosquera, e seu correlato do Ministério de Energia do Irã, Hamid Chitchian. O pré-acordo determina que deve ser entregue o financiamento de 40% que corresponde ao Equador, que tem mais de 10 projetos hidrelétricos, analisados pelo Irã e que talvez poderiam ser financiados. *AméricaEconomía.com*, 6 de março de 2009

No México, o capitalismo neoliberal e os governos federal e estaduais impuseram, nos últimos tempos, políticas econômicas de desenvolvimento com o Tratado de Livre Comércio da América do Norte e o Plano Puebla Panamá, hoje Projeto Mesoamericano. São projetos de exploração de mineração, de construção de represas para a geração de energia, de corredores eólicos e de infraestrutura viária que lhes facilite o intercâmbio comercial. Esse modelo colocou preço na terra, rios, florestas, água, minerais, e até nos próprios territórios dos povos indígenas e camponeses.

Nesse contexto é que se inscreve o projeto hidrelétrico de usos múltiplos Paso de la Reina, que pretendem nos impor nos municípios de Santiago Ixtayutla, Santa Cruz Zenzontepec, Santiago Tetepec, Santiago Jamiltepec, Tataltepec de Valdés e San

Pedro Tututepec, Oaxaca.

Pelas razões anteriores e diante da necessidade da Comissão Federal de Eletricidade de levar a cabo esses projetos, os povos mixtecos, chatinos, os afrodescendentes e mestiços das comunidades afetadas, decidimos organizar-nos no Conselho de Povos Unidos pela Defesa do Rio Verde, com a finalidade de paralisar esse megaprojeto.

Homens e mulheres, dos municípios e comunidades afetadas, assim como organizações civis, organizações comunitárias, redes nacionais e movimentos sociais, nos reunimos em Tataltepec de Valdés, nos dias 27 e 28 de fevereiro de 2009, no V fórum pela Defesa da Água, do Território e do Desenvolvimento dos Povos Indígenas, com a finalidade de fortalecer a articulação regional e as alianças, para tomar ações conjuntas na defesa dos recursos naturais. E consideramos:

Que o projeto hidrelétrico de usos múltiplos Paso de la Reina, coloca em perigo a vida dos povos indígenas e camponeses da região. Representa uma ameaça para o ecossistema da bacia do rio Verde e o parque nacional de Chacahua, entre outros. O projeto somente beneficia às grandes empresas transnacionais e implica no desalojamento forçado das comunidades de seus territórios. Violenta os direitos mais fundamentais dos povos indígenas e camponeses, como a livre determinação, a consulta e informação, e o de decidir sobre o manejo de suas terras, territórios e recursos naturais. *Conselho de Povos Unidos pela Defesa do Rio Verde*, 28 de fevereiro de 2009

Na Colômbia, o governo nacional declarou de utilidade pública e interesse social os terrenos necessários para a construção e operação do proje-



to hidrelétrico El Quimbo. O projeto hidrelétrico encontra-se localizado ao sul do estado de Huila, sobre a bacia alta do rio Magdalena, em jurisdição dos municípios de Garzón, Gigante, El Agrado e Altamira.

“Para cumprir com este propósito, construir-se-á uma represa sobre o leito do rio, formando um lago cuja queda é aproveitada em uma central superficial que a seguir descarrega os caudais turbinados no mesmo rio Magdalena, águas abaixo do local da represa.” A declaração de utilidade pública foi feita a favor da Empresa Geradora de Energia (Emgesa), mediante a resolução número 321 de primeiro de setembro de 2008, cuja solicitação prévia tramitou no Ministério de Minas e Energia. O Decreto explica que, mediante ofício, o Departamento de Etnias do Ministério do Interior e Justiça, certificou que nessa zona “não se registraram comunidades indígenas nem negras que pudessem ser afetadas pelo desenvolvimento do projeto hidrelétrico”. Por sua parte, o Incoder certificou que, de acordo com as coordenadas do projeto, “não atravessa nem se sobrepõe a territórios com titulação legal de resguardos indígenas ou terras das comunidades negras”.

Por sorte, o Departamento de Licenças, Permissões e Trâmites Ambientais notificou a Emgesa para que tome as providências em cumprimento da resolução 227 de 11 de fevereiro de 2009, através da qual “se formula uma acusação contra a Emgesa por supos-

tamente iniciar a construção do projeto hidrelétrico El Quimbo... sem contar com Licença Ambiental, descumprindo as normas ambientais vigentes”. Aqui não cabem maiores ilusões. Os que julgam acabarão subordinados à multinacional Emgesa, em função de existirem poderosos interesses econômicos e políticos que imporão, à força, a concessão imediata da licença ambiental à Emgesa, desconhecendo as vozes majoritárias e os sólidos argumentos de oposição ao projeto. Assim que for concedida a licença ambiental, continuaremos com a Resistência Civil. *Ver comunicados da Plataforma Sur de Organizaciones Sociales*, fevereiro de 2009.

Três povoados encontram-se ameaçados de morte, mais uma vez, em nome do desenvolvimento: Temacapulín, Acasico e Palmarejo, nos Altos de Jalisco, México. Os governos federal e estadual pretendem impor a qualquer custo a construção de uma represa de armazenamento de água, chamada Presa Zapotillo, que trará como consequência a inundação de toda a região.

No início, as autoridades da água negaram constantemente a existência do projeto, e depois, uma vez reconhecida a pretendida obra, as autoridades federais e estaduais não deixaram de fustigar os habitantes e donos de terras nas zonas afetadas com diversas estratégias: reuniões arranjadas com moradores, intimidação casa a casa, organização de grandes festas e comilanças – onde se oferece cerveja em troca de escrituras –, o convencimento de alguns moradores que servem de intermediários do governo, chamadas telefônicas às casas de filhos ausentes ou migrantes (sem importar se estão em Guadalajara, Monterrey ou Estados Unidos), folhetos que deixam debaixo das portas, publicidade em rádios e um amplo etcétera.

A resposta majoritária dos moradores é sempre a mesma: “não queremos sua represa”, “façam-na em outro lugar”, “não nos negamos a compartilhar a água do rio, mas não nos inundem”, “deixem-nos viver em paz”. Fizeram as autoridades saberem dessa negativa através de todos os meios que lhes foram possíveis: reuniões, cartas, marchas, comícios, caravanas, folhetos, coletivas de imprensa, mobilizações pacíficas ao local onde se está construindo a represa, ao Congresso do Estado, às autoridades municipais, aos escritórios da Comissão Nacional da Água, ao Instituto Nacional de Antropologia e História, do governo de Jalisco.

É aterrador o desprezo que as autoridades federais e estaduais da água têm pelas pessoas. Em janeiro de 2008, o gerente regional da Organização de Bacia da Conagua, Raúl Antonio Iglesias Benítez,

diante da oposição dos moradores, declarou: “saem ou se afogam, vamos comprar-lhes lanchas e salva-vidas para que não se preocupem”. Foi exigido da população que apresente alternativas técnicas para a solução dos problemas de água da região, quando é o governo que as deveria estar buscando, pois tem os recursos, os meios e a obrigação de fazê-lo. A partir do seu saber, os povos do mundo estão conscientes de que as grandes represas não são a solução aos problemas de água e não podem ser consideradas uma alternativa sustentável de energia. Essas represas acabam contaminando e matando os rios, como toda a água parada, e contribuem ao incremento do aquecimento global.

Por isso, nas festas do padroeiro, em janeiro, a festa foi da nostalgia à resistência, da raiva à alegria, da desesperança ao ânimo. As pessoas não têm idéia do que lhes reserva o governo, mas sabem que não vão se entregar, alguns decidiram que esperarão a água, enquanto seguem procurando alguém que queira escutá-los. Na assembléia de moradores de Temacapulín, junto com os Comitês Salvemos Temaca de Guadalajara, Monterrey, Distrito Federal, Los Angeles, San Francisco ou Tijuana, todos os filhos de Temaca, os ausentes e os presentes, ratificaram seu rechaço à represa e sua vontade de continuar em pé de luta, contra o que eles mesmos chamaram um crime de “lesa” humanidade. *Claudia Godoy, Colectivo Coa, março de 2009*

No Panamá, as autoridades de Bocas del Toro iniciaram a perseguição de dirigentes indígenas naso e ngobe desde a passada sexta-feira 27 de março, depois dos massivos protestos do domingo 22, Dia Mundial da Água. Uma multidão de indígenas saiu às ruas e fechou o trânsito de veículos em vários pontos da Província, manifestando-se contra os projetos hidrelétricos, de mineração e turísticos que afetam seus territórios e sua forma de vida.

Seu modo e meios de vida encontram-se cada vez mais ameaçados por megaprojetos como a represa hidrelétrica Bonyik, proposta pelas Empresas Públicas de Medellín (EPM), da Colômbia, por empreendimentos costeiros para aposentados e pela expansão da indústria pecuária. Seu deslocamento forçou alguns membros das 11 comunidades naso a trabalhar nas plantações de banana que tornaram as transnacionais famosas na América Central.

O projeto Bonyik, uma de quatro represas planejadas para o rio Teribe, é tão polêmico que em 2005 o Banco Interamericano de Desenvolvimento suspendeu a consideração dos créditos para sua construção que a EPM, empresa com sede na Colômbia, país vizinho do Panamá, havia solicitado. Mas a



Foto: Leonardo Meigarejo, Quebrando castanha, Brasil

AES Corp, com sede nos Estados Unidos, continua buscando financiamento. Com informação de *Talli Nauman, ecoportal.com, e Olmedo Carrasquilla II, radioplaneta77@gmail.com*

Asseguraram-nos até o cansaço que, com esse mar de petróleo, navegaríamos na glória. E acreditamos. Então, exploraram Caño Limón, o que significou para o povo guahibo a sua destruição. Alcolismo, prostituição, violência e desarraigamento. Hoje, vinte e cinco anos depois, o guahibo está ferido, Caño Limón se esgota, e o desenvolvimento que nos profetizaram foi uma falácia.

Depois afirmaram que com a represa terminariam as enchentes do Sinú; com esses argumentos construíram Urra, que inundou também o povo embera katio. Tiraram-lhes os peixes, assassinaram Kimy, Lucindo, os desalojaram. Hoje, seis anos depois, o Sinú transbordou da represa levando a miséria a milhares de pescadores e camponeses, que perderam tudo o que tinham. *Cabildo indígena Cerro Tijeras, Altamira, Colômbia, 6 de setembro de 2007*

Águas para a vida e não para a morte. Assim gritam com coragem e convicção os ativistas do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) do Brasil, sendo hoje um lema que percorre o planeta na boca de milhões de afetados por grandes represas e movimentos aliados a esta causa.



No Brasil, as represas expulsaram cerca de 1 milhão de pessoas e inundaram mais de 34 mil quilômetros quadrados de superfície. O MAB denuncia que esses projetos beneficiam prioritariamente empresas transnacionais, que se apropriam da natureza e destroem a vida em nome do “desenvolvimento” e do lucro.

A Argentina tem, para diferentes finalidades, umas 130 represas. Atualmente, há quatro licitações nacionais em andamento, nas províncias de Neuquém, Mendoza, Catamarca e Santa Cruz. Na província de Corrientes, um grupo privado apresentou um projeto para represar o arroio Ayuí, que inundará 8 mil hectares com um fim agroindustrial. Também está em andamento o edital para pré-classificação de consórcios de empresas de consultoria para o estudo de viabilidade de Corpus Christi, sobre o rio Paraná, e já se instalou em Buenos Aires a empresa de engenharia do grupo Camargo Correa para realizar estudos para a represa de Garabí, sobre o rio Uruguai. www.pescapira.com.ar

Está suspensa a construção da represa hidrelétrica La Parota, em Guerrero, México. Era considerada um dos projetos de investimento mais importantes do governo foxista, mas a juíza federal Livia Larumbe Radilla concedeu uma suspensão definitiva em ação de amparo aos moradores do município de Cacahuatpec, Guerrero, e ordenou à Comissão Federal de Eletricidade (CFE) que de imediato paralise a construção da represa.

A resolução ordena “que as coisas sejam mantidas no estado em que atualmente se encontram, e as autoridades se abstenham de autorizar a exploração, o uso e o aproveitamento das águas nacionais do rio

Papagayo para o projeto hidrelétrico La Parota, pelos danos irreversíveis aos reclamantes que vivem em Cacahuatpec”.

Esse megaprojeto, empreendido há quatro anos, provocou forte resistência dos moradores que seriam afetados e de movimentos ambientalistas, os quais argumentam que a construção da represa provocaria o desalojamento de 25 mil pessoas, a inundação de 17.300 hectares e uma grave deterioração ecológica.

Os opositores do projeto formaram uma agremiação denominada Conselho de Ejidos (áreas comunais) e Comunidades Opositores a La Parota (CECOP).

Essa luta não ficou isenta de vítimas: três camponeses foram assassinados por impedir que a CFE construísse a represa. Os camponeses enfrentaram constantes ameaças de expropriação de terras por parte do governo federal. *Alfredo Méndez, La Jornada, 14 de setembro, 2007*

A Índia se vangloria de ser a terceira maior construtora de represas do mundo. De acordo com a Comissão Central de Águas, temos 3.600 represas qualificadas como grandes, das quais 3.300 foram construídas depois da independência... De acordo com um estudo detalhado sobre 54 grandes represas, realizado pelo Instituto de Administração Pública da Índia, o número médio de pessoas desalojadas para cada represa no país é de 44.182 pessoas... para errar com cautela, cortemos esse número pela metade. Ou melhor, erremos pelo lado de excesso de cautela e digamos que a média de pessoas desalojadas é de apenas 10 mil por cada grande represa. É uma cifra muito baixa e improvável, mas, bem, não importa... peguem suas calculadoras: 3.300 represas por 10 mil pessoas, somam 33 milhões de pessoas desalojadas.

Desalojadas na Índia tão somente pelas grandes represas em 50 anos. Se a isso somamos os desalojados por outros projetos de desenvolvimetro na região, a soma cresce para 50 milhões, dos quais 57,6% são adivasis, o maior povo indígena da Índia. Cinquenta milhões é quase três vezes a população da Austrália. Mais de três vezes os refugiados produzidos pela partição da Índia. Dez vezes o número de refugiados palestinos. O mundo ocidental entrou em convulsão pelo futuro de um milhão que havia fugido de Kosovo. *Arundhati Roy, El álgebra de la justicia infinita, 2001.* ❀



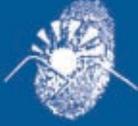
Estamos atualizando o cadastro dos assinantes da revista em português.
Por favor, envie seu endereço eletrônico para:
revbiodiversidade@centroecologico.org.br

Biodiversidade, sustento e culturas é uma revista trimestral (quatro números por ano). As organizações populares, as ONGs e as instituições da América Latina podem recebê-la gratuitamente. Por favor enviem seus dados com a maior precisão possível para simplificar a tarefa de distribuição da revista.

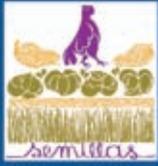
Os dados necessários são:

País, organização, nome e sobrenome, endereço: rua, bairro, código postal, cidade e estado.
(Correio eletrônico, telefone e/ou fax, se existentes.)

Por favor, enviem sua solicitação a BIODIVERSIDAD, REDES-AT Uruguai, San José 1423, 11200, Montevideu, Uruguai. Telefones (598 2) 902 23 55/908 2730.
biodiv@redes.org.uy / <http://www.grain.org/suscribe>



Acción Ecológica



grupo de acción sobre semillas, tecnología y comunicación



Spá - Serra Litoral Norte
Promoción e Formación en Agricultura Ecológica



red de coordinación en
biodiversidad



Novas tecnologias: modas, mentiras e perigos

Grupo de Ação sobre Erosão, Tecnologia e Concentração
Grupo ETC



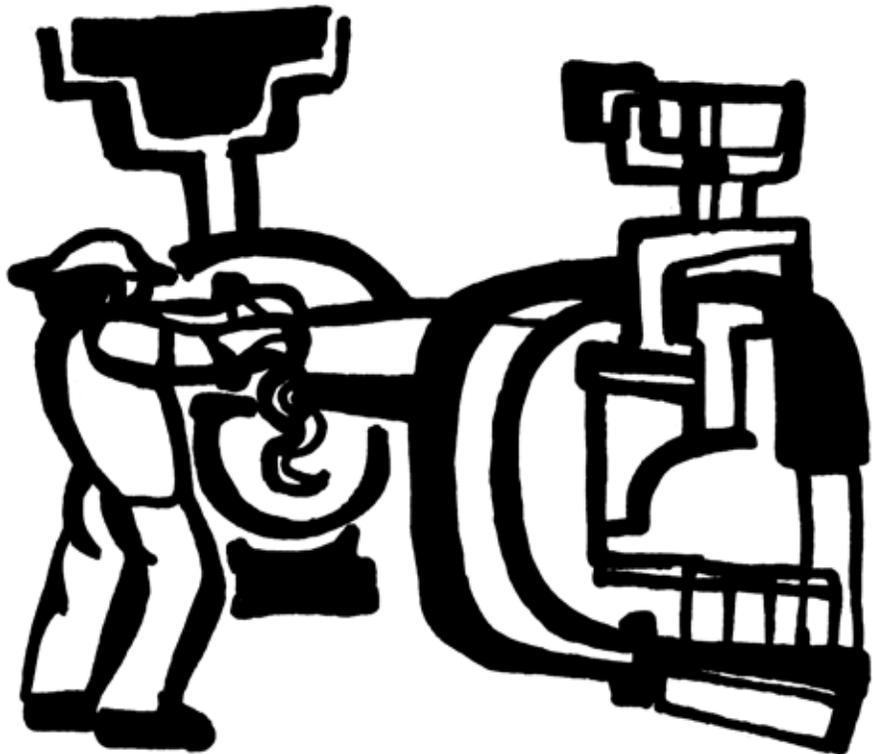
Novas tecnologias e a tirania das corporações

De todos os lados ouvimos notícias preocupantes sobre os diferentes aspectos da crise: as finanças, o clima, a saúde, a escassez de alimentos e de água. Frente a isso, os governos e empresas que propiciaram a crise insistem que a solução não está em mudar radicalmente os modos de produção e consumo nem em acabar com o monopólio de terras, a injustiça social, ou com a relação exploradora e contaminante com o ambiente e a natureza. Que o necessário é promover remédios tecnológicos novos.

Estamos diante de um tríplice ataque à humanidade e ao planeta: por um lado, fome, caos climático, contaminação e doença causados pela industrialização; por outro, riscos à saúde, ambientais e econômicos provocados por novas tecnologias - biotecnologia, nanotecnologia, geoengenharia, biologia sintética; e, finalmente, a tirania das corporações – que impõem essas tecnologias como “necessárias” para sair das crises. Muitos governos tendem a aceitar os remendos tecnológicos impostos pelas corporações e as subsidiam com recursos públicos. Esse tríplice ataque ocorre em diferentes versões, em todos os cantos do planeta.

II

Os governos e empresas que propiciaram a crise insistem em que o necessário é promover remédios tecnológicos novos. Não pensam em mudar radicalmente os modos de produção e consumo nem em acabar com o monopólio de terras, a injustiça social, ou com a relação exploradora e contaminante com o ambiente e a natureza



Cadernos de Biodiversidade é um folheto colecionável de *Biodiversidade sustento e culturas*, abril de 2009. *Novas tecnologias: modas, mentiras e perigos* foi elaborado pelo Grupo ETC: responsável pela publicação, Verónica Villa. Agradecemos a contribuição da Fundação Heinrich Böll, escritório regional da América Central, México e Caribe, para a elaboração deste material. Os desenhos que o acompanham, exceto o da mão com um olho, que é de autoria do artista mexicano Diego Rivera, são de Rini Templeton (1935-1986), artista e lutadora social norte-americana que viveu e acompanhou as lutas de resistência no México e na Guatemala e a experiência revolucionária em El Salvador, Nicarágua e Cuba. Todos os desenhos foram tirados do livro de John Nichols, et al, *El Arte de/The Art of Rini Templeton*. México, DF: Centro de Documentacion Rini Templeton y Seattle: The Real Comet Press, 1988.

Organizações coeditoras

Acción Ecológica notransgenicos@accionecologica.org / Acción por la Biodiversidad agenciabiodla@gmail.com /
 Campaña de la Semilla de la Vía Campesina – Anamuri internacional@anamuri.cl / Centro Ecológico revbiodiversidade@centroecologico.org.br /
 GRAIN carlos@grain.org / Grupo ETC veronica@etcgroup.org / Grupo Semillas semillas@semillas.org.co /
 Red de Coordinación en Biodiversidad rbcostarica@gmail.com / REDES-AT Uruguay biodiv@redes.org.uy

Comité Editorial Carlos Vicente, Argentina / Ma. Eugenia Jeria, Argentina / Ciro Correa, Brasil / Maria José Guazzelli, Brasil / Germán Vélez, Colômbia / Alejandra Porras (Coeco-AT), Costa Rica / Silvia Rodríguez Cervantes, Costa Rica / Camila Montecinos, Chile / Francisca Rodríguez, Chile / Elizabeth Bravo, Equador / Ma. Fernanda Vallejo, Equador / Silvia Ribeiro, México / Magda Lanuza, Nicarágua / Martin Drago, Uruguai / Carlos Santos, Uruguai / **Administração** Ingrid Kossmann ingridbiodiversidad@gmail.com / **Edição** Ramón Vera Herrera constelacion@aneta.apc.org / **Design e diagramação** Daniel Passarge, Claudio Araujo danielpassarge@gmail.com / Amanda Borghetti (Brasil)

As tecnologias da moda

As universidades, os meios de comunicação e o mercado apregoam as novas descobertas sobre o genoma humano, as infinitas possibilidades de chips eletrônicos cada vez menores, a iminente criação de novas formas de vida, o domínio sobre os átomos e as moléculas, o controle das condições climáticas. Querem nos convencer que todas as modas tecnológicas são boas para todos, e que aceitá-las é uma necessidade porque a humanidade e o planeta precisam delas para resolver seus problemas. Quais são essas modas tecnológicas, e porque devemos considerá-las e avaliá-las de uma maneira crítica?

O delírio por dominar a matéria

Quando escutamos palavras como “nanotecnologia”, “nanopartículas”, “nanômetro”, “nano”, elas nos falam do reino do imensamente pequeno, menor ainda do que o microscópico. Nanotecnologia é o conjunto de técnicas utilizadas para manipular a matéria desde o átomo e as moléculas. Um nanômetro equivale à milionésima parte de um milímetro. Um cabelo humano mede uns 80 mil nanômetros de espessura.

É que os blocos de construção de toda a matéria são assim, tão minúsculos. São os átomos e as partes dos átomos que formam os elementos químicos. Por isso, os instrumentos e processos da nanotecnologia podem ser aplicados a quase qualquer coisa fabricada em algum setor da indústria. A matéria manipulada a partir de suas moléculas pode mostrar propriedades que antes não apareciam: maior condutividade elétrica, elasticidade, resistência, ou reatividade. Com tecnologias que manipulam o imensamente pequeno estão sendo fabricados computadores mais rápidos, medicamentos dirigidos a locais específicos do corpo humano, materiais à prova de balas, cosméticos, filtros solares, insumos agrícolas, aditivos para alimentos, embalagens, tecidos, utensílios eletrodomésticos.

Há no mercado mais de 700 produtos que contêm nanopartículas, sem regulamentação em nenhum país e sem rotulagem (ou seja, sem que saibamos que as contêm), apesar de haver cada vez mais evidências de seus possíveis impactos na saúde e no ambiente, e de que são um risco para os trabalhadores que as manipulam. O sistema imunológico não detecta as nanopartículas, por isso podem atravessar a barreira sanguínea que protege o cérebro, chegar à placenta, ou depositar-se em outros órgãos, intoxicando as células, causando tumores e câncer.

E, como se isso fosse pouco, a possibilidade de trabalhar com os pedaços dos átomos e de inventar moléculas, provocou uma absurda febre de patenteamento dos elementos químicos, que são o ponto de partida de tudo o que existe, do vivo ao inerte (o “não vivo”).

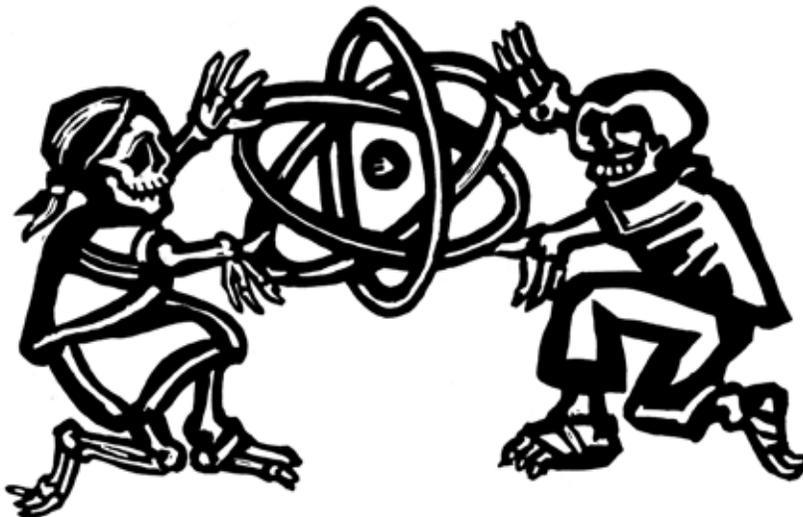
Brincar de Deus

Outra moda tecnológica é a biologia sintética, que busca construir em laboratório novas formas de vida para desempenhar tarefas específicas. A biologia sintética quer reescrever a vida juntando grupos de genes em novas formas e fazer organismos “desenhados sob medida” que produzam compostos químicos, fármacos ou combustíveis.

As companhias de biologia sintética, que recebem muitos fundos dos governos, promovem-se alegando

Há no mercado mais de 700 produtos que contêm nanopartículas, sem regulamentação em nenhum país e sem rotulagem (ou seja, sem que saibamos que as contêm), apesar de haver cada vez mais evidências de seus possíveis impactos na saúde e no ambiente, e de que são um risco para os trabalhadores que as manipulam

III



O poder para criar vida artificial está se concentrando nas mãos das maiores corporações petrolíferas, farmacêuticas, de sementes e agroindustriais, questionadas por sua forma selvagem de usar os derivados de petróleo e provocar grande parte do aquecimento global

IV

que produzirão a cura para a malária, plásticos biodegradáveis, bactérias que limpem os lixos tóxicos, árvores especiais para produzir etanol. O poder para criar vida artificial está se concentrando nas mãos das maiores corporações petrolíferas, farmacêuticas, de sementes e agroindustriais, questionadas por sua forma selvagem de usar os derivados de petróleo e provocar grande parte do aquecimento global.

A vida não é um desenho eletrônico nem um código de cálculo: os erros poderiam ser letais e irreversíveis. As companhias buscam lucros ao invés de se preocuparem com as necessidades sociais ou com o mau uso de suas invenções, deliberado ou acidental. Com essa atitude podem provocar novas e desconhecidas catástrofes.

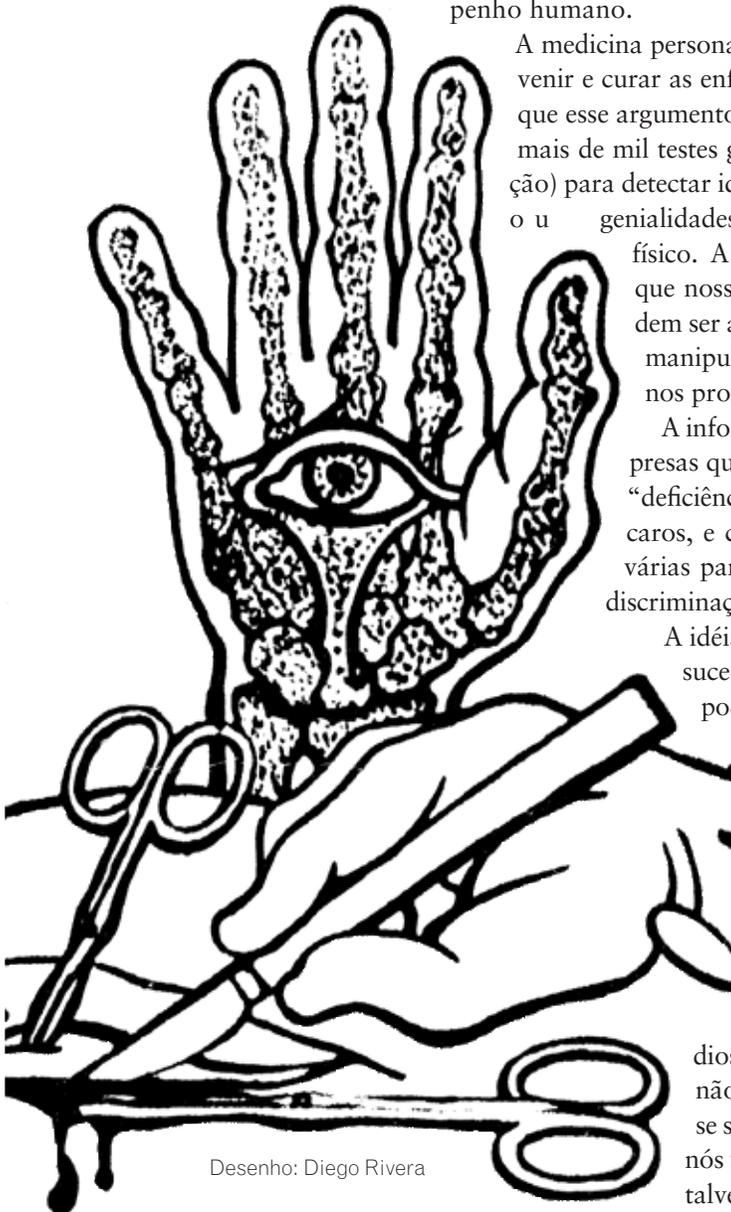
A pretensão de “melhorar” os humanos

A genômica estuda o funcionamento, a origem e a evolução da herança biológica. A genômica humana, especialmente, promete um novo paraíso de saúde baseado no conhecimento profundo dessa herança pessoal. A partir do entendimento das diferenças nessa herança, a genômica humana pretende desenvolver uma medicina personalizada e fármacos para, segundo eles, melhorar o desempenho humano.

A medicina personalizada baseia-se na crença de que podemos detectar, prevenir e curar as enfermidades de acordo com os genes de cada um, e, ainda que esse argumento esteja muito longe de ser demonstrado, já estão à venda mais de mil testes genéticos pessoais diferentes (sem qualquer regulamentação) para detectar identidades raciais, tendências a enfermidades, deficiências ou genialidades de personalidade e presumíveis defeitos de crescimento físico. A publicidade das empresas pretende fazer-nos acreditar que nossos genes marcam absolutamente nosso destino, mas podem ser a chave para a saúde, o bem estar e até o sucesso, se forem manipulados através dos remédios que essa nova moda científica nos promete.

A informação derivada desses testes serve sobretudo para as empresas que querem demonstrar a relação entre as enfermidades ou “deficiências” e as variações genéticas. Além disso, esses testes são caros, e com eles já há instâncias privadas e governamentais em várias partes do mundo que violam a privacidade e promovem a discriminação.

A idéia de “melhorar o desempenho humano” é uma idéia bem sucedida para as empresas, porque ao nos convencer de que podemos ser melhores, mais precisos, mais aguçados, mais eficientes, com fármacos e “alimentos especiais”, podem obter lucros maiores. São, então, medicamentos para pessoas saudáveis que esperam ser mais bonitas ou mais felizes à base de comprimidos. As drogas para pessoas saudáveis são muito mais rentáveis do que os medicamentos para doentes. A genômica sonha com um futuro de pessoas desenhadas para serem perfeitas. Hoje em dia, milhões estão ansiosos para superar limitações reais ou imaginárias (inclusive as emocionais) através de remédios genômicos. Serão considerados bons cidadãos os que não se “melhorarem”? Serão discriminados aqueles que não se submeterem aos tratamentos de melhora? Temos diante de nós um panorama aterrador, no qual as empresas e o mercado talvez cheguem a definir o que é um ser humano “normal”.



Desenho: Diego Rivera

Zombando do planeta

A geoengenharia é a manipulação do ambiente em grande escala para tentar combater o caos climático provocado pelas atividades industriais. A geoengenharia propõe, entre outras coisas, alterar os ciclos da água ou aumentar artificialmente a vegetação do oceano. A existência da possibilidade de alterar o clima da Terra é real: é por causa disso que padecemos o atual desastre no clima. No entanto, cogitar que os danos serão corrigidos com mais manipulações planetárias em nível industrial é totalmente irresponsável, uma vez que qualquer alteração em uma região fará com que outros sofram com os desequilíbrios provocados no planeta, que funciona integralmente, como uma totalidade.

As grandes indústrias e os governos poderosos são os maiores culpados pela contaminação, pela devastação ecológica e pelo aquecimento global, e agora são os principais promotores e financiadores da geoengenharia. Quem mais sofrerá as conseqüências, novamente, serão os países do Sul, que seguramente teriam que arcar com os “efeitos secundários” da geoengenharia.

Atividades antigas que alteram radicalmente o mundo e que hoje poderíamos chamar de geoengenharia:

- Derrubar a maioria das florestas.
- Converter florestas, savanas e “terras marginais” em grandes áreas de monocultivo.
- Construir grandes e pequenas represas. Colocar diques nas cascatas, desviar rios, secar áreas úmidas e drenar aquíferos, transpor bacias completas.
- Emitir bilhões de contaminantes industriais, resíduos de automóveis e outros químicos tóxicos na atmosfera e nos solos a cada ano.
- Eliminar espécies e diversidade biológica de animais domésticos e de cultivos.
- Superexplorar e contaminar terras de cultivo e terras marginais, ocasionando erosão do solo e desertificação.
- Contaminar praticamente todas as reservas de água doce do mundo.

Algumas ações da geoengenharia:

- Produzir agrocombustíveis ou “carvão vegetal” (biochar) a partir da devastação de territórios considerados “marginais” ou da instalação de vastas plantações de árvores (desertos verdes).
- Criar vastas plantações de árvores para produzir agrocombustíveis.
- Promover a construção de novas usinas de energia nuclear.
- Estimular nuvens para provocar chuvas.
- Contaminar os centros de diversidade genética com cultivos transgênicos.
- “Fertilizar” o oceano com ferro e uréia para provocar crescimentos acelerados da minúscula vegetação marinha e, supostamente, capturar dióxido de carbono.
- Cobrir desertos com película refletora para refletir os raios solares.



Devemos recuperar o controle social e político de nossas soluções práticas e da visão à qual estão associadas: devemos rechaçar os chamados “imperativos tecnológicos” (a idéia de que somente a tecnologia, e sua produção industrial, pode nos salvar) e estabelecer, entre todos, fronteiras humanas para a ciência, para além das quais, ao invés de impulsionar entendimento e justiça, se promove absurdos, desastres, riscos ao planeta e alienação política e social

As mesmas indústrias que destruíram o planeta encabeçam a farsa da geoengenharia e exigem que lhes paguemos por aplicarem-na para “salvar todos nós”. Esse é outro aspecto do mercado de créditos de carbono, que é a venda de “permissões de contaminação”. Com o dinheiro obtido com tais permissões, as companhias que promovem a geoengenharia realizam experimentos com pouca crítica e uma validade científica muito pobre.

Ameaças das novas tecnologias

A estratégia dos cientistas e da indústria de combinar a ação dessas novas tecnologias é ameaçadora para nossas comunidades, nossas organizações, e para cada um de nós no dia a dia de nossas vidas.

Com a nanotecnologia surgem novos perigos tóxicos para nossos corpos, ambientes, natureza. Qualquer um pode comprar para si um câncer de pele com um protetor solar nanotecnológico que adquira na farmácia da esquina. Com a biologia sintética, estudantes podem construir novas espécies quase como seus pais brincavam de montar casinhas.

Ao invés de discutir abertamente os riscos das novas tecnologias, os governos e as empresas trocam o diálogo por um maior controle. Com o pretexto das diferentes crises, do bioterrorismo e do caos climático, todos nos tornaremos suspeitos, e a diferença de opiniões políticas ou as alternativas de produção e de consumo passarão a ser crimes.

De quem é a natureza?

Hoje, as corporações globais controlam 24% da vegetação (produtos agrícolas comestíveis, fibras têxteis, borracha, madeira, as primeiras gerações de agrocombustíveis) ao transformá-la em mercadoria. As maiores companhias químicas, agro/biotecnológicas e de energia estão formando empresas de inovação tecnológica para poder aproveitar toda a vegetação antes considerada marginal (que se havia mantido fora do mercado mundial) para mercantilizá-la.

As matérias-primas (por exemplo: o algodão, o cobre, a borracha) têm agora um futuro incerto. Hoje há novos materiais que poderiam eliminar o comércio e as formas de sobrevivência das comunidades mais pobres e dos trabalhadores mais vulneráveis. As nações que mais dependem das exportações de recursos naturais ou de produtos agrícolas são as que sofrerão os impactos mais graves.

A erosão de solos e a perda de biodiversidade agrícola e pecuária, a contaminação das águas, a crescente crise da saúde humana e animal não têm precedentes na história da humanidade. E disso as grandes empresas também fazem grande

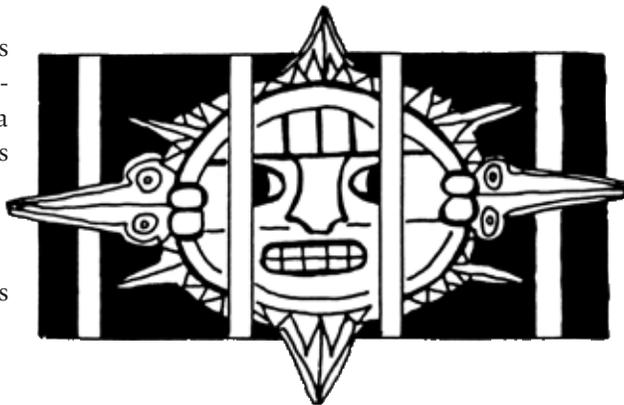
VI

*Uma vez que um povo
aceita que é
importante enviar um
homem à lua,
manter alguns
indivíduos vivos
por mais de cem
anos, ou fazer viagens a
velocidades
supersônicas, é fácil
que aceite qualquer
forma de exploração,
pelo fato de que a
fantasia em nome
da qual se faz a
exploração foi criada
pelos cientistas*

Valentina Borremans e Iván Illich,
*La necesidad de un techo común [el
control social de la tecnología]*, 1971



negócio: a crise climática e os altos preços dos combustíveis são agora argumentos da indústria para substituir a economia do petróleo por uma nova “economia do açúcar”, cuja matéria-prima seria a biomassa da qual se extraíam açúcares que, fermentados, pretende-se converter em combustíveis ou diretamente em plásticos e outros materiais novos. Entrar numa era da “economia do açúcar” implica mercantilizar os 76% da natureza que ainda não estão nas mãos das indústrias.



As novas tecnologias não substituem a justiça social

As novas tecnologias não precisam funcionar para ser rentáveis. Necessitam somente destruir a concorrência e dobrar os governos. Uma vez que o mercado está monopolizado, pouco importa quais são os resultados de uma nova tecnologia. Os fracassos tecnológicos não são uma barreira para os lucros. Uma ciência descuidada e umas tecnologias ruins podem ser rentáveis se os governos fazem leis adequadas a elas. Todas as tecnologias podem resultar num fracasso e provocar catástrofes, mas isso não implica que deixem de ser usadas.

Os promotores das novas tecnologias prometem o paraíso: que resolverão os problemas de fome e pobreza, encontrarão a cura do câncer e limparão o ambiente. Que podem diagnosticar enfermidades de forma mais barata e eficiente, melhorar a purificação da água e a eficiência das células solares, reduzir a demanda de matérias-primas e baixar drasticamente os custos de transporte e energia. Mas, por acaso, a pesquisa financiada pelas empresas focará nos problemas dos carentes? Os produtos patenteados das novas tecnologias serão acessíveis a todos? A verdade simples é que as novas tecnologias não podem resolver velhas injustiças. Nenhum remendo tecnológico inovador substitui políticas sociais sadias e efetivas. Ao contrário, aplicadas em sociedades injustas, as novas tecnologias ampliam a brecha entre os poderosos e os necessitados, entre as oligarquias (econômica, científica, intelectual) e a imensa maioria da população trabalhadora.

O controle das novas tecnologias permanece nas mãos dos ricos, porque os regimes de propriedade intelectual e os oligopólios de mercado, juntamente com a cumplicidade dos governos, sempre conseguiram impor que tipo de tecnologias são disponibilizadas ao público e a que interesses servem.

Todas as novas tecnologias têm em comum a falta de regulamentações, a ausência de um debate sério e aberto sobre seu desenvolvimento, a imposição de decisões por parte das empresas e um aparato de propaganda com exércitos de jornalistas e meios de comunicação. A ciência na qual se baseiam não é independente e carece da rigorosa metodologia que a ciência sempre reivindicou como base de seu nível de confiança. Finalmente, os remédios tecnológicos são os menos apropriados para resolver os problemas provocados pela própria tecnologia.

A resistência existente

As novas tecnologias espreitam nossas vidas cotidianas independentemente das áreas em que trabalhamos.

O modo industrial de pensar infiltrou-se nas ocupações da ciência e agora é a tecnologia, consentida pelas grandes empresas, a que se apoderou da visão do futuro e de seu controle.

Se não confiamos nos governos, corporações ou nos cientistas, o que fazer?

Como indivíduos e sociedades temos que deixar de pensar unicamente em termos industriais. Comparar diferentes modos de pensar e fazer técnica, revisando

VII

Cogitar que os danos serão corrigidos com mais manipulações planetárias em nível industrial é totalmente irresponsável, uma vez que qualquer alteração em uma região fará com que outros sofram com os desequilíbrios provocados no planeta, que funciona integralmente, como uma totalidade



VIII

Se não confiamos nos governos, nas corporações e nos cientistas, o que fazer? Como indivíduos e sociedades temos que deixar de pensar unicamente em termos industriais. Comparar diferentes modos de pensar e fazer técnica, revisando a história da ciência e o conhecimento. Imaginar maneiras respeitadas que definam ou limitem por consenso comum as dimensões, a escala e a intensidade de qualquer procedimento tecnológico

Fontes:

Toda a informação baseada em documentos do Grupo ETC: www.etcgroup.org

¿De quién es la naturaleza? El poder corporativo y la frontera final en la mercantilización de la vida, novembro de 2008

Pruebas personales de ADN y el mito de la medicina personalizada
Informe especial sobre genômica humana, março de 2008

Jugando con Gaia. Informe do Grupo ETC sobre Geoengenharia, fevereiro de 2007

a história da ciência e o conhecimento. Imaginar maneiras respeitadas que definam ou limitem por consenso comum as dimensões, a escala e a intensidade de qualquer procedimento tecnológico.

Temos que exigir mudanças drásticas nos processos de produção e nos padrões de consumo para que a natureza descanse. Que já não se façam coisas que pioram o aquecimento global. Restaurar os ecossistemas para que a Terra possa respirar novamente. Respalda os saberes das comunidades camponesas e pesqueiras numa tentativa de descentralizar a ciência. Fortalecer a resistência das comunidades urbanas para que solucionem suas necessidades básicas, sendo crucial para isso impulsionar uma reforma agrária verdadeira e uma soberania alimentar com soluções locais, baseadas nos saberes próprios, coletivos. Trabalhar, a partir de nossas regiões, soluções criativas, de escala humana, que enfrentem os desastres climáticos no planeta, lutar pela alimentação, pela água, pela saúde, pela moradia e pelos saberes compartilhados.

Existem soluções reais e são diametralmente opostas aos remendos tecnológicos ou aos delírios de novas ciências.

Até agora, por exemplo, são os agricultores camponeses, os pescadores artesanais, os pastores e povos indígenas que produzem a grande maioria do alimento mundial. O fazem sem a erosão e a contaminação dos sistemas industriais e custodiam a fortaleza genética necessária para fazer frente à perda de biodiversidade, conseguindo muito da soberania alimentar a partir de economias agrícolas locais, descentralizadas, diversas, livres de patentes, baseadas em saberes e culturas camponesas. Cerca de 85% dos alimentos mundiais continuam sendo produzidos próximo aos locais onde são consumidos, e, em grande parte, escapam do sistema formal de mercado. Dos 450 milhões de estabelecimentos agrícolas do mundo, 85% são propriedades com menos de 2 hectares.

Três quartas partes dos agricultores do mundo (1,4 bilhões de pessoas) continuam guardando sementes de sua colheita e cultivam variedades melhoradas localmente.

A metade da população mundial vive atualmente em cidades, e os problemas associados com a pobreza urbana são profundos. No entanto, entre 15 e 20 % dos alimentos mundiais são produzidos em zonas urbanas; a agricultura nas cidades, agora praticada por 800 milhões de pessoas, aumenta a cada dia.

Em que pese os monopólios farmacêuticos e a biopirataria, 70% da população mundial depende de remédios tradicionais para o cuidado de sua saúde.

Necessitamos de tecnologias de baixo impacto, saberes que não busquem o lucro, mas o bem estar das pessoas. Devemos recuperar o controle social e político de nossas soluções práticas e da visão à qual estão associadas: devemos rechaçar os chamados “imperativos tecnológicos” (a idéia de que somente a tecnologia, e sua produção industrial, pode nos salvar), e estabelecer, entre todos, fronteiras humanas para a ciência, para além das quais ao invés de impulsionar entendimento e justiça se promove absurdos, desastres, riscos ao planeta e alienação política e social.

